

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
NA FUNDAÇÃO DO SUDÃO DO SUL – 2000- 2011**

Lucas Vinícius Junqueira Cavalache

São Cristóvão
2016

Lucas Vinícius Junqueira Cavallache

**ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
NA FUNDAÇÃO DO SUDÃO DO SUL – 2000- 2011**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Sergipe como requisito
para a obtenção do grau de bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro

São Cristóvão
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Lucas Miranda Pinheiro
(Orientador)

Prof. Edson Tomaz de Aquino
(Examinador)

Prof. Henrique Campos de Oliveira
(Examinador)

Ao Tempo e à Memória das Famílias Junqueira e Cavache.
Ao Cosmos, que delibera caoticamente o sentido da vida.

RESUMO

O presente trabalho é um Estudo de Caso versando sobre os aspectos históricos, tratadísticos e em Política Internacional que envolveram a Atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) na fundação do Sudão do Sul.

Exibe o panorama geopolítico e social sudanês, seus embates inter étnicos (Árabes x Dinkas x Nuer) e inter religiosos (Cristãos/Animistas x Islâmicos), que foram determinantes históricos ao processo de Guerras Civis: Anyanya I e Anyanya II. Explorando a ótica dos Tratados Internacionais há uma análise dos Tratados CPA (Comprehensive Peace Agreement) em sua implementação de cláusulas que conduziram à Fundação do Sudão do Sul, e o processo pelo qual a Organização das Nações Unidas (ONU), influenciou e atuou na independência sul-sudanêsa.

Metodologicamente guia-se pela perspectiva histórica das Relações Internacionais e análise documental em tratados internacionais, bem como da literatura acadêmica, pertinentes ao Caso ONU / Sudão do Sul.

Pretende através de abordagem própria às Relações Internacionais, demonstrar um processo fundador *sui generis* do ator preponderante para esta ciência: o Estado, cuja fundação, no caso do Sudão do Sul, se deu em conexão com o poder de uma Organização Internacional, a ONU.

Justifica-se como uma contribuição para melhor compreender a importância científica dos temas estatais africanos em suas relações com as Organizações Internacionais, relegados na disciplina de Relações Internacionais a um segundo plano.

As hipóteses que orientam o Estudo de Caso: determinante influência da ONU no processo fundador do Sudão do Sul. O Sudão do Sul seria um Estado ilegítimo sem a ajuda diplomática e o reconhecimento da ONU. Os legados diplomáticos e a Missão de *Peacekeeping* específicos ao Sudão do Sul foram autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU à missão de *statebuilding* no Sudão do Sul. As Grandes Potências buscaram influenciar as relações de poder e o *status quo* no Sudão e Sudão Meridional.

Os principais resultados obtidos a partir deste Estudo de Caso relacionam-se à compreensão de movimentos conexos à sucessão de Estados através de Guerras Civis que vieram a termo com as interferências e resoluções tratadísticas propostas por Organizações Internacionais. Há também um esforço em aprofundar o conhecimento acerca dos temas internacionais africanos inseridos em temáticas contemporâneas, tais quais, a Globalização e Fundação de novos Estados sob a ótica das Teorias de Relações Internacionais.

Palavras-chave: África, Guerra Civil, Sudão do Sul, Organização das Nações Unidas, Fundação Estatal

ABSTRACT

This work is a Case Study explaining the historical, treaty related and International Politics' features that involved the United Nations Organization's (UN) Acting in the foundation of South Sudan. It shows the geopolitical and social scenario in the Sudan, their inter ethnic conflicts (Arabian x Dinka x Nuer) and inter religious (Christians/Animists x Muslim), which were historical determinants to the Civil War process: Anyanya I and Anyanya II. Exploring through the optics of International Treatises there is an analysis on the CPA Treaties (Comprehensive Peace Agreement) in its enforcing clauses that conducted to the Foundation of South Sudan, and the process in which the United Nations Organization (UN), influenced and acted in the south Sudanese independence. Methodologically guided by an International Relations' historical perspective and documental analysis on international treatises, as well as in academic literature relating to the case UN / South Sudan.

Intends to demonstrate, through an International Relations defined approach, a *sui generis* founder process of the paramount actor do the IR science: the State, which foundation, in South Sudan's case, was given in connection with the power of an International Organization, the UN.

Justifies itself as a contribute to better understand the scientific importance of the African State's Themes in their relations with the International Organizations, put to a second place into the field of International Relations.

Hypotheses orienting the Case Study: Determining UN influence in the Founding Process of South Sudan. South Sudan would be an illegitimate State without the diplomatic helping and recognition of the UN. The diplomatic legates and the proper Peacekeeping Mission to South Sudan were authorized by the Security Counsel of the UN to the development of South Sudan's *statebuilding*. The Great Powers sought to influence the power relations and status quo in the Sudan and in Southern Sudan.

The main results obtained from these Case Study relates to the understanding of movements connected to the States Succession issues through Civil Wars which came to a term with the treaties proposed by International Organizations' interferences and resolutions. There is also an effort to deepen the knowledge on the African international themes inserted in a contemporaneous set of thematic, like the Globalization and New States Foundation under the International Relations Theories optics.

Keywords: Africa, Civil War, South Sudan, United Nations Organization, Statebuilding

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAA	Addis Ababa Agreement / Acordo de Adis Abeba
AACC	All Africa Churches Council / Conselho das Igrejas de Toda a África
AFRICOM	Africa Command
CAO	Comunidade da África Oriental / Eastern African Community - EAC
CPA	Comprehensive Peace Agreement / Amplo Acordo de Paz
CS	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
DOP	Declaration of Principles / Declaração de Princípios
GNU	Government of National Unity / Governo de União Nacional
GOSS	Government of South Sudan / Governo do Sudão do Sul
HEC	High Executive Council / Alto Conselho Executivo
IGAD	Intergovernmental Authority on Development
INC	Interim National Constitution / Constituição Nacional Interina
MOSSAD	Instituto para Inteligência e Operações Especiais (Israel)
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte – NATO
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas / United Nations - UN
PM	Protocolo de Machakos
RCA	República Centro Africana
RDC	República Democrática do Congo
SPLA/M	Sudan People's Liberation Army/Movement
SSRC	Southern Sudan Referendum Commission
TahBC	Technical <i>ad hoc</i> Border Committee / Comitê Técnico <i>ad hoc</i> para Fronteiras
UA	União Africana / African Union - AU
UNAMIS	United Nations Advance Mission in the Sudan
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
UNMIS	United Nations Mission in the Sudan
UNMISS	United Nations Mission in South Sudan
WCC	World Council of Churches / Conselho Mundial das Igrejas

SUMÁRIO

Introdução.....	3
<u>Capítulo 1</u> - Contextualização Histórica do Sudão e das Guerras Civis no processo independentista do Sudão do Sul.....	5
1.1- Egito sob protetorado da Turquia, Sudão sob protetorado do Egito.....	6
1.2 - Os primórdios da colonização no Eixo do Nilo – à mercê de Grã-Bretanha e França...	7
1.3 - Sudão estatuído como Colônia Condominial da Grã-Bretanha com o Egito.....	9
1.4 - Primeira Guerra Civil Sudanesa: O Estado de Cartum subjuga o Sudão Meridional.....	12
1.5 - Segunda Guerra Civil Sudanesa: Organização das Nações Unidas encampa a Resolução do Conflito.....	13
1.6 - Período Autonomista II: Impactos da Atuação das Organizações Internacionais.....	16
1.7 – Compreensão Histórica do Estado no Caso ONU/Sudão do Sul.....	17
<u>Capítulo 2</u> - Análise Tratadística: Adis Abeba a Naivasha e Atuação da ONU na Fundação do Sudão do Sul.....	22
2.1 - Antecedentes, Ratificação e Vigência do Acordo de Adis Abeba – 1972.....	22
2.2 - Amplo Acordo de Paz (CPA): Governo do Sudão e Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão.....	26
2.3 - Cláusulas Regendo Processo de Independência do Sudão do Sul no CPA (Protocolo de Machakos).....	26

2.4 - Processo de Monitoramento da Implementação do CPA 2005 - 2011.....	30
2.5 - Processo Referendário: Garantia Jurídica para a Autodeterminação - 2011.....	32
2.6 - Declaração de Independência e Reconhecimento Internacional da República do Sudão do Sul.....	32
2.7 – Guerras e Tratados: como se faz um País.....	33
<u>Capítulo 3 - Dinâmica da Política Internacional no Caso ONU / Sudão do Sul.....</u>	34
3.1 - O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas frente à Crise do Sudão (2000-2011).....	35
3.2 - As Grandes Potências no caso ONU / Sudão do Sul.....	38
A) China.....	38
B) Estados Unidos.....	41
C) Israel: Grande Potência no Caso ONU / Sudão do Sul.....	45
3.3 – As Relações Internacionais e o Caso ONU / Sudão do Sul.....	50
3.4 – Significantes de Política Internacional para o Sudão do Sul.....	53
Considerações Finais.....	56
Referências Bibliográficas.....	59
Anexos.....	63
A: Geopolítica do Petróleo.....	63
B: Etnias e Religiões.....	64
C: Registros Fotográficos.....	66
D: Gráficos.....	67
E: Cartografia Histórica.....	68
F: Símbolos de Estado.....	70
G: Protocolo de Machakos.....	73

Introdução

Este trabalho é um Estudo de Caso referente à análise compreensiva dos processos histórico, tratadístico e de Política Internacional que culminaram na fundação do Sudão do Sul através da interconexão com a influência diplomática da Organização das Nações Unidas (ONU). Busca-se, através de análises pertinentes a cada nível desvelar os padrões internacionais que conferiram ao Sudão do Sul a possibilidade de tornar-se Estado soberano, sujeito de direito internacional e legítimo partícipe nas Relações Internacionais.

A motivação científica para o desenvolvimento de tal Estudo de Caso com características assim definidas é o evento político da fundação de um novo ator com categoria de Estado em condições de estabelecer relações com os demais Estados, a diferença entre esse e os demais estudos semelhantes, que discorram também sobre a fundação de Estados, está em estabelecer a influência de uma Organização Internacional diretamente no processo de independência. Trabalhos da seara Construtivista como os de Kratochwil (International Organization: A State of the Art on an Art of the State) ou Krasner, fundamentais para a desconstrução teórica, infelizmente não se aprofundam em Estudos de Caso com perfil histórico para a compreensão do Estado. Sem a atuação da ONU dificilmente poderia haver a resolução pacífica conduzida, a alocação de forças de paz para proteger o período de autonomia e muito menos uma cláusula nos tratados que previsse a possibilidade de secessão referendada, em relação ao Sudão, para garantir por meio da autodeterminação a soberania estatal ao Sudão do Sul.

Metodologia de Perspectiva Histórica das Relações Internacionais e a Análise Documental de Tratados, Negociações e Literatura Acadêmica abrangendo os temas conexos ao Sudão, à ONU e ao Sudão do Sul. A visão particular de autores seminais para a compreensão da história africana, como Pakenham e Wesseling, enriquece a perspectiva comparativa de autores contemporâneos tais quais Cox/Snapper e Rysdyk que provêm elementos acerca da atuação moderna das Grandes Potências, o que aprofunda o debate de acordo com a complexidade inerente ao Caso.

Desenvolve-se o trabalho em três eixos de análise de acordo com o Plano de Trabalho:

No Primeiro Capítulo será analisado o período histórico em que se desenvolveram as duas Guerras Civis Sudanesas e seus sucessivos períodos autonomistas. Com o objetivo de historicizar o processo independentista do Sudão do Sul, conferindo-lhe significação no estudo das Relações Internacionais e relacionando suas origens e evoluções a movimentos históricos mais amplos que se interligam ao caso dos movimentos separatistas do Sudão do Sul. A Atuação da ONU e de outras Organizações Internacionais (OI) é analisada em conexão com o desenvolvimento de um processo diplomático direcionado ao Sudão em guerra civil, que permitiu por os beligerantes na sala de negociações e por fim encampou todo o processo, conduzindo-o à aceitação da autonomia sul-

sudanêsa em 2005 e, após seis anos e meio de observações e monitoramento constante da ONU, a realização de um referendo no Sudão Meridional (Southern Sudan) que proporcionou em 2011, com 98,85% dos votos, a declaração de independência do Sudão do Sul (South Sudan).

No Segundo Capítulo será exposto o processo tratadístico. Por meio da exposição, nos Acordos de Paz Adis Abeba (1975) e de Naivasha/CPA (Protocolo de Machakos - 2002) de cláusulas atinentes e fundamentais ao surgimento e reconhecimento do Sudão do Sul como entidade política soberana por parte da ONU. Quais foram os atores que participaram no processo, de que maneira se desenvolveram as negociações e como a ONU influenciou diplomaticamente para que se desse a soberania do Sudão do Sul, representando a primeira secessão africana no século XXI que foi de fato largamente reconhecida.

No Terceiro Capítulo serão abordadas as tendências, padrões e dinâmicas de Política Internacional específicas ao Caso ONU / Sudão do Sul. Analisando a atuação individual das Grandes Potências, Estados Unidos da América, China e Israel, e sua atuação multilateral posicionados no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Busca-se compreender quais as forças influentes e determinantes advindas da Política Internacional que moldaram o processo de independência do Sudão do Sul e quais as características preponderantes à realização de tal feito no cenário internacional. Israel será tratado como Grande Potência para os fins de análise deste trabalho, pois investiu desde 1960 um esforço de guerra, inteligência e estratégia incomparáveis aos de qualquer outra potência envolvida no caso do Sudão do Sul.

Para os Estudos Africanos, inseridos nas Relações Internacionais em um novo horizonte de pesquisas no eixo Sul-Sul, este Estudo de Caso da Atuação da Organização das Nações Unidas na Fundação do Sudão do Sul representa um esforço em complementar a escassa compreensão acadêmica sobre o continente africano tão importante para o estudo conciso e aprofundado das Relações Internacionais.

Capítulo 1

Contextualização Histórica do Sudão e das Guerras Civis no Processo Independentista do Sudão do Sul

A importância em analisar o processo em que um Estado vem a ser gestado sob a ótica da História está em compreender a natureza da soberania do ator fundamental às Relações Internacionais. Sobre que bases materiais se encontra fundado, historicamente, este novo membro da sociedade internacional? Historicizar é desvelar os padrões de ação e motivações pelos quais se deram o surgimento de tal Estado; é construir uma análise sobre as consequências de atos praticados por terceiros na confecção mesma de tais Estados pós-coloniais como entidades soberanas, ainda que esses atos não tivessem sido estritamente planejados pelo colonizador para abarcar e admitir tais consequências futuras. Conduzir à compreensão, por meio da regressão histórica factual, dos fatores materiais que proporcionaram a existência - reconhecimento universal dos membros da Organização das Nações Unidas (ONU) - de um novo Estado soberano africano no fim da primeira década do século XXI. Em suma, é buscar, através da história, como compreender cientificamente a gestação de um Estado e a razão de sua aceitação internacional, fazendo deste um partícipe legítimo e autônomo para as Relações Internacionais.

Desvela Fred Halliday ao mencionar Eric Hobsbawn, em Repensando as Relações Internacionais:

“... os eventos e as características de qualquer sociedade somente poderiam ser percebidos em seu contexto histórico - deve-se indagar como se constitui o objeto de estudo, quais foram as influências dos eventos passados e qual impacto teria o passado na definição da situação presente.”
(HALLIDAY, 1995: 75. apud. HOBSBAWN, 1984)

O Sudão do Sul, fundado e reconhecido internacionalmente em 9 de julho de 2011, é o resultado da secessão da antiga República do Sudão (1956- 2011), do qual foi por duas vezes na história recente (1975-1985 e 2005-2011) uma região autônoma denominada Sudão Meridional (Southern Sudan). Pretende-se analisar os fatos e tendências históricas que fabricaram a motivação para que houvesse a eclosão de uma ampla Guerra Civil Sudanesa que durou - com uma intermitência de 1975 a 1985 - cinquenta e cinco anos, desde a independência do Sudão em relação à Grã-Bretanha na década de 1950.

O Sudão do Sul conforma um caso único sob a perspectiva do desenvolvimento de seus liames históricos, culturais, religiosos e institucionais. Somente com a análise acurada do processo histórico se pode garantir uma compreensão universal e complexa da fundação de um novo Estado

no Sistema Internacional.

1.1 Egito sob protetorado da Turquia, Sudão sob protetorado do Egito.

Napoleão Bonaparte, no evento bélico de 1798 conhecido por Batalha das Pirâmides, foi o primeiro europeu em séculos, a por em xeque o poderio muçulmano naquela região do mundo, fazendo decair o potentado do Sultão Otomano sobre o Egito. (KEEGAN, 2006: 65)

Após a retirada do Império Francês em 1801, o Sultão Otomano Selim III, empreendeu a reconquista do Egito concretizada em 1809. Dentre os principais comandantes de tropas estava Muhammed Ali Agha, um albanês muçulmano, segundo em comando nos Bálcãs. Muhammed Ali soube agir duplamente no Egito, minando tanto turcos quanto mamelucos em seus propósitos. Ao fazer-se influente entre as tropas otomanas, dado o seu caráter marcial e político, conseguiu, desta forma, a sua nomeação como governador interino do Egito; tornara-se também influente junto aos árabes, principalmente o reitor da Universidade do Cairo e suas tropas possuíam as mais avançadas técnicas de batalha campal empregando armas de fogo. (COLLINS, 2008: 10-32) O período de domínio turco no Egito e no Sudão é denominado *Turkiyah*.

Ao infligir derrota aos mamelucos que se rebelaram contra seu governo em 1811, o wali (governador) Muhammad Ali-Pasha, dominou política e militarmente o Egito oferecendo à Sublime Porta situação confortável para lidar com outros problemas. Aos poucos o homem de confiança, foi avançando e conquistou mais autonomia, após derrotar os próprios otomanos em 1839 na batalha de Nezib, sendo algures senhor da Síria, autoproclamou-se Quediva - equivalente a príncipe autônomo no Ocidente - título apenas reconhecido pela Sublime Porta¹ aos seus sucessores em 1843. (KEEGAN, 2006: 66)

A empresa mais duradoura do Quediva foi a conquista e anexação do norte do Sudão, devido à falha do Sultanato local em extirpar as guarnições mamelucas que haviam fugido para o sul, bem como o interesse egípcio na exploração geográfica da região estratégica denominada An-Nil as-Sudd (Pântanos do Nilo – Sudd) que compreendia a maior parte do território com localização meridional ao Sudão. (ASSIS, 2009: 37) Constituíam-se, dessa forma, as relações de poder que configurariam o futuro tormento político no nordeste africano.

A Superposição de autoridades configurada pelo Império Britânico sobre o Protetorado do Egito e em relação à intermediação egípcia no controle das regiões não colonizadas do sul do Sudão, contribuiu com a dinâmica histórica *divide et impera* posta em prática pelo imperialismo e vigorou, com algumas revoltas, durante mais de oitenta anos.

¹ - Sublime Porta: Título honorífico conferido ao Sultão Otomano ao referir-se ao Estado (Dawlat) em termos Diplomáticos.

1.2 Os primórdios da colonização no Eixo do Nilo – à mercê de Grã-Bretanha e França.

O Egito era uma província em larga medida autogovernada pela instituição mameluca desde o século XVII, e que passou a incluir também o Sudão islâmico desde a invasão expansionista de Muhammad Ali que desmantelou o Sultanato Funj de Sennar no norte sudanês em 1821, sendo anexado oficialmente ao Egito com autorização Otomana em 1846.

Sua parte mais longínqua, a extremidade sul sudanesa, abriga povos sub saarianos, Nilóticos e Bantu, sociedades tribalizadas e não-muçulmanas, cuja relação com o norte sempre fora de aculturação e dominação política através da força de conflitos direcionados pela jihad islâmica e a escravidão. (PAKENHAM, 1991: 123-137) Encontravam-se mais propensos a uma relação amigável com os povos da África sub saária oriental, rota lógica para o comércio marítimo, onde à mesma época histórica em questão o Reino Unido estabeleceu a colônia da África Oriental Britânica que à década de 50 do século passado se estabeleceu nos Estados soberanos de Quênia e Uganda (Buganda, Bunyoro, Toro e Ankole). (TIME LIFE, 1989: 23-37)

Com a nova configuração de poder legitimada em 1815 pelo Congresso de Viena, formou-se o Conselho dos Cinco ou Pentarquia, organização informal de balanceamento de poder entre as potências europeias que significou o retorno da antiga regra absolutista ao centro do poder e o restabelecimento das lógicas de poder contrárias à liberalização política. (SARAIVA, 2000: 28- 30)

Dessa forma as tensões nacionalistas de porte, vivificadas na guerra interestatal pela hegemonia na Europa foram desviadas temporariamente para fora do âmbito geográfico da península eurasiática no que viria a se transformar na segunda grande onda de colonizações que repartiriam entre os protagonistas dessa disputa pelo globo, a França e a Grã-Bretanha, metade da África e um terço da Ásia, num período identificado por Eric Hobsbawn como a Era dos Impérios, que traduziu seus comandos capitalistas em uma tendência histórica denominada imperialismo. (HOBSBAWN, 1987: 45-80)

Após a derrota do Império Francês em 1814 e o fim da altercação europeia em torno da hegemonia continental, houve um período de breve desenvolvimento autonomista no Egito, porém as potências em questão, se certificando de construir para si obra faraônica com o fito do enriquecimento de seu comércio global e melhoramento dos seus canais de comunicação e abastecimento com o Oriente, onde mantinham colônias igualmente, consorciaram-se numa missão. Acercaram-se da economia egípcia e determinadas a construir tal obra; o canal marítimo que dividiria a África da Ásia partindo através de Suez ao norte do Sinai, até ao Mar Vermelho, estabelecendo de tal forma a tão sonhada rota direta para o Oriente. (WESSELING, 1991: 66) O Canal de Suez, como ficou conhecida a rota, após vencidas as resistências políticas, geográficas e geopolíticas do Quediva, foi executado por um consórcio franco-britânico tendo como principal

promotor o barão Ferdinand de Lesseps que o entregou à sociedade capitalista mundial em 1869.

Embora ainda formalmente e oficialmente províncias do Império Turco Otomano, o que significava de fato uma colonização na frutífera autonomia vivida no seio do Império, a ocupação britânica em 1882 conduziu à formal perda de autonomia e à privação da posse territorial do Sudão em 1899 para o condomínio anglo-egípcio. O motivo para a declaração do alto comissariado e do protetorado foi a bancarrota do Egito frente aos credores internacionais em sua maioria franceses e ingleses. (WESSELING, 1991: 85-89)

No intermédio desses acontecimentos foi declarado em 1876 o Estado Mahdista no Sudão (Mahdiya), enquanto o Egito perdia total controle do extremo sul que se transformaria numa região anárquica disputada por “príncipes mercadores”, comerciantes britânicos de marfim, comerciantes de escravos, exploradores de minas preciosas e missionários das mais variadas vertentes do cristianismo. O mahdismo foi extirpado em 1899 e os britânicos se reconstituíram em governantes do Sudão e do Sudão Meridional. (WESSELING, 1991: 90-97)

No sul do Mar Vermelho a França ocupou o Djibuti (Somália Francesa) um enclave na Etiópia, na saída estratégica para o Oceano Índico denominada Golfo de Áden, após ter frustradas as tentativas de conquistar o próprio Sudão vindo do Ocidente africano do qual já se assenhoreara e sendo efetivamente dissuadidos pelos britânicos no incidente de Fachoda - atualmente em território sul-sudanês - no ano de 1892, que representou aos britânicos o fechamento geográfico definitivo de seus domínios coloniais do Cairo ao Cabo. (PAKENHAM, 1991: 134-141)

Em seguida o Egito e seu domínio colonial, o Sudão, passaram a fazer parte de um protetorado conjunto regido pelos britânicos até que em 1914 houvesse, na Grande Guerra, o acontecimento que opondo Aliados (Reino Unido, França, Rússia) a Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano), deu azo à derrocada do virtual protetorado otomano sobre o Egito, que se desfez legalmente e *de facto*. (MAGNOLI, 2006: 219-224)

Houve em 1919 uma revolução de caráter nacionalista no Egito pelo que a autonomia foi concedida sendo pavimentado o caminho à independência, reconhecida em 1922 pelos britânicos, proporcionando ao país tornar-se o Reino do Egito e do Sudão, embora apenas nominalmente. (ASSIS, 2009: 20-25) Os britânicos mantiveram seu controle político sobre os Sudões o que representou até 1952, atrito entre Reino Unido e Reino do Egito. (COLLINS, 2008: 83)

Douglas Johnson em 2003, p. 1-9 desmistifica a religião como causa profunda dos conflitos. A penetração do Cristianismo é insuficiente para caracterizar um embate islâmico-ocidental e os teístas/animistas do Sul sofrem da centralização legada a Cartum durante o Condomínio no que ficou conhecido como *indirect rule*, periferias economicamente exploradas e relegadas enquanto a renda era concentrada em Cartum e nos projetos arabistas. Tal fator religioso, que atualmente pode representar na mente das massas um fator crucial e mesmo aterrorizante, não

foi um fator *per se* gerador de conflitos em épocas pregressas. Os sulistas eram em larga medida animistas e por isso não eram considerados iguais nem pelos árabes muçulmanos nortenhos, tampouco pelos etíopes cristãos ortodoxos seus vizinhos mais imediatos. Então a questão da escravização de Nuers e Dinkas, bem como de outros povos do atual Sudão do Sul nunca foi um tabu na região. (PAKENHAM, 1991: 134-141)

A penetração cristã européia, principalmente a protestante metodista, bem posterior a este estado de cercamento árabe-etíope para a escravização dos sulistas, não foi um fator crucial para estalar o conflito, até porque certas tribos se mantiveram isoladas e outras foram catequizadas, como se configura ainda hoje no atual Sudão do Sul, é evidente que se tratou de uma escolha estratégica de cada tribo se abrir ou se isolar da catequização européia. A maioria da população cristã do Sudão do Sul se encontra próxima a áreas muçulmanas do Sudão, as tribos que permanecem animistas se localizam mais ao Sul ou na região impenetrável dos Pântanos do Nilo, o Sudd. (PAKENHAM, 1991: 134-141)

Com a progressiva catequização, principalmente por missionários ingleses e escoceses no Sudão Meridional, os monarcas Bantu neo-cristãos de tais povos recém-cristianizados solicitaram que os missionários pressionassem as autoridades britânicas na África Oriental Britânica a defender-lhes no contexto do Sudão islâmico; a partir desta fase histórica, em torno das décadas de 1880-1890, a Grã-Bretanha passou formalmente a se “preocupar” com a questão sulista e a proibir – ainda que nominalmente – que os árabes muçulmanos de seu condomínio anglo-egípcio do Sudão escravizassem os povos do Sul. (PAKENHAM, 1991: 134-141)

Com esse divisor de águas na história da cultura religiosa local foi que o Ocidente Cristão passou a ser identificado como patrono dos povos do sul do Sudão, tornando-se portanto inimigo declarado dos árabes sudaneses que nunca deixaram de invadir e escravizar os povos sul-sudaneses, nem mesmo no século XXI. Dado este cenário político-religioso, portanto, inflamaram-se as índoles de ambos os povos, pelo que estava fundada a alteração étnico-religiosa entre nortenhos islâmicos e sulistas animista-cristãos, que definiu o futuro de guerras civis do Sudão.

1.3 Sudão estatuído como colônia condominial da Grã-Bretanha com o Egito.

A condição política conferida ao Sudão (Norte e Sul) foi a de um condomínio anglo-egípcio que viveu, após a derrota do Estado Mahdista, de 1899 a 1956 com algumas turbulências; uma espécie de suserania/protetorado a qual impedia legalmente que se pudesse firmar-lhe o estatuto de colônia, pois o mandatário era nomeado pelo Egito com a avaliação autorizadora da Grã-Bretanha. Cartum sediava o Condomínio Anglo-Egípcio do Sudão que possuía uma população miscigenada e islamizada, vivendo na transição geográfica do Saara para a floresta intertropical. À época,

concomitante à imposição britânica do condomínio - nunca aceita pelo Egito - duplicou-se administrativamente o Sudão e a parte sul passou a ser tratada de forma diversa, como campo aberto à colonização civilizacional, comercial e estratégica, exploração aurífera, escravagista e de matéria ebúrnea (marfim), situação que o islamizado Sudão do Norte impedia. (COLLINS, 2008: 18-30)

Tal fórmula colonial, deveras *sui generis*, de atrelar desatrelando foi talvez a mais peculiar dentre todas as praticadas pelo Império Britânico. Em sua clássica tradição *divide et impera*, a Grã-Bretanha, com a destreza imperial dos grandes políticos criou a primeira fratura geopolítica ao longo do eixo do Nilo ao dividir politicamente Sudão e Egito e unir politicamente, porém não administrativamente, o norte e o sul do Sudão. Cento e doze anos mais tarde, em 2011, os povos equatoriais do sul sudanês produziram a terceira fratura política instrumentalizando uma guerra civil que reproduziria em escala geométrica tais desvios políticos, permitindo às Potências Mundiais campo aberto à exploração dos Altos Recursos minerais e energéticos disponíveis em tal território no século XXI. (COLLINS, 2008: 43)

Foi cogitado pelos britânicos que se integrasse a parte sul do Sudão às colônias da África Oriental Britânica, especialmente Uganda, Lago Vitória, as fontes do Nilo; a elite arabizada do norte no entanto rejeitou planos políticos conexos com essa ideia na Conferência de Juba em 1947. Obliterando a ação política dos sulistas e enfeixando totalmente o poder nas elites árabes. (ASSIS, 2009: 45-47) A Conferência de Juba demarcou a união definitiva do sul do Sudão ao Estado de Cartum, a partir de então o Sudão Meridional estaria à mercê da elite árabe islamizadora, principalmente em quesitos fundamentais como acesso a escolaridade, alimentação e saneamento público bem como na própria cultura já que as elites árabes do norte visavam à islamização completa do país e à arabização do ensino.

Os nortenhos desejavam há muito islamizar a parte sul daquele país, cujo nome em Árabe, Bilad as-Sudan, significa Terra dos Negros, onde se localizavam as antigas Núbia e Méroe e as modernas Alodia e Makuria. Além de um componente étnico, verifica-se no caso também uma fratura civilizacional. (HUNTINGTON, 1993: 3-20) Estes problemas étnicos, históricos, religiosos e de recursos materiais não foram sanados durante a administração colonial britânica cujo manejo foi sempre o de tratar as duas partes como separadas e que foi determinantemente fundamental ao surgimento de um foco de guerrilha que data-se anterior à independência sudanesa da Grã-Bretanha em 1955.

Durante o período da colonização houve esforços de cristianização daquelas tribos que compunham o cerne da identidade autóctone de povos não domados pelas práticas de civilização catequizadora do europeu; existia no sul uma realidade social onde se veneravam, sem um sistema religioso organizado, os espíritos ancestrais e naturais, pelo que necessariamente entravam em conflito com a lógica civilizacional conversora empregada tanto por islâmicos quanto por cristãos.

Fundamental aqui é ter em conta que, contra todas as expectativas os sulistas se identificaram em massa com a proposta metodista, protestante em geral, e católica em menor medida, dos missionários europeus e logo traduziram suas próprias percepções animistas do universo em uma sincretização que demonstrava claramente seu intuito de se diferenciar dos nortenhos por preferir a fé dos colonizadores europeus ao invés da conversão ao islamismo que se mostrava totalizador e submissivo. além destes fatores o Islã tem sido identificado ao longo dos séculos como a religião do inimigo escravizador e invasor pelos povos Dinka e Nuer que formam ainda hoje mais da metade da população do atual Sudão do Sul independente. (ASSIS, 2009: 37-40) Os ódios étnico-religiosos eclodiram em revoltas populares massivas e desorganizadas com forte apelo secessionista e identidade obstinadamente oposta ao islamismo, os povos do sul estavam dispostos a usar armas contra o invasor árabe, os anos de submissão passiva haviam terminado.

Com a pressão islamizadora cada vez mais acirrada surgiram rebeliões tribais sulistas localizadas e restritas, porém, com apelo suficiente para proporcionar incidentes que acautelaram a administração britânica de aproximar administrativamente o Sudão Meridional das colônias da África Oriental. Essa decisão restou em um planejado referendo sobre a integração do Sudão Meridional às colônias supracitadas, o que nunca ocorreu. (GUIMARÃES, 2010: 11-26)

A possibilidade de se dividir pela metade a colônia, legando autonomia à parte sul que dispunha dos melhores recursos naturais, tais quais petróleo, diamantes, ouro, outros minérios e além disso as melhores terras produtivas, controladas por árabes, desagradou definitivamente às lideranças islâmicas de Cartum, conduzindo a uma breve rebelião árabe-sudanesa contra a Grã-Bretanha, logo suprimida. O plano de desmembrar o Sudão faliu concomitante a esse episódio, consolidando uma colônia impossível de ser desde os primórdios, quando as potências se encontraram em Fachoda. Durante toda a década de 40 essa tendência se desenvolveu e se fortaleceu, fabricando o substrato material onde as guerrilhas se interpuseram contra o Estado sudanês que começava um longo, lento e violento processo de desintegração nacional e política.

Tomando o caráter de repressão, a islamização nortenha deu azo à formação de milícias isoladas que logo encontraram um propósito comum em combater os “árabes” ao se integrarem para formar o Exército Anyanya (Veneno de Cobra); aproximava-se então a data da concessão de independência por parte dos britânicos daquele que seria o Estado sudanês. Isso dava a certeza aos combatentes da guerrilha Anyanya de que suas necessidades de autonomia não seriam respeitadas no novo Estado soberano, que surgiria como uma república islâmica totalizadora. (COLLINS, 2008: 103- 114)

Punham-se em movimento, assim, as condições fundamentais para o combate de uma milícia guerrilheira rebelde contra um exército nacional instituído pela força da lei de um Estado que seria unitário. Surgia então o foco que proporcionou a guerra civil fratricida que dividiu o

Sudão durante toda a sua existência como “nação independente” entre um norte arabizado e islâmico, a elite dominante tanto política quanto economicamente, e um sul tribalizado e sincretista que estava armado de condições de batalha pela modernidade, com auxílio externo, e se encontrava disposto a lutar pela autodeterminação com o intuito de fundar um Estado próprio que não seria aceite pela lógica dominadora e islamizadora de Cartum. (SCHNEIDER, 2008: 9-11) Em 1952 a Grã-Bretanha concede autogoverno ao Sudão após uma crise diplomática com o Egito que em 1956 renuncia formalmente à posse sobre o Sudão o que, legal e tecnicamente, anulava o Condomínio Anglo-Egípcio.

1.4 Primeira Guerra Civil Sudanesa: O Estado de Cartum subjuga o Sudão Meridional

Em 1956 o Reino Unido concedeu soberania estatal ao Sudão. Após o autogoverno concedido em 1952, o novo país, o maior dentre os africanos, tinha em seu bojo o gérmen de uma fratura étnica e geopolítica que se tornaria cinquenta e cinco anos depois um Sudão do Sul. Diversas guerrilhas descentralizadas, em si mesmas repletas de facções com diferentes apelos e objetivos políticos que surgiram e se desenvolveram no Sudão Meridional para combater Cartum, seriam ao longo de trinta anos transformadas em um verdadeiro exército rebelde unificado, armado e em muitos momentos organizado pelo Ocidente - há suficientes evidências de que o MOSSAD, departamento de inteligência do Estado de Israel tenha treinado e fornecido apoio logístico e em armas aos rebeldes (discutido no capítulo 3).

Dadas as mútuas intransigências, no momento em que o Sudão obteve sua soberania sobre assuntos internos e externos, tornando-se um Estado *de jure* e *de facto*, membro pleno da Organização das Nações Unidas e da sociedade internacional; foi declarada rebelião aberta no que se tornou historicamente denominado Anyanya I, movimento de guerrilhas tribais desorganizadas que buscavam uma igualdade de representação no Estado sudanês através do desenvolvimento e melhor distribuição das rendas geradas pelos recursos, principalmente os energéticos, sendo o petróleo o preponderante para a produção da parte meridional do país, representando 75% de todas as fontes existentes no Sudão. (OLIVEIRA, 2007: 84-98)

Um acordo nunca foi prontamente negociado, sendo que as poucas tréguas, sempre rompidas acirraram ainda mais o conflito. Após dezessete anos de guerra civil surge da ação política de Cartum em 1972, o Sudão Meridional, espécie de estado semi-autônomo. (SHINN, 2004: 242-3) Havia assim uma frágil parceria que seria a oportunidade ideal para que Cartum apaziguasse a Organização das Nações Unidas que configurou o crime de genocídio por parte do Estado sudanês que combatia insidiosamente seus compatriotas sulistas com o fito de suprimir o direito universal à autodeterminação dos povos, dominando os recursos em benefício próprio e suprimindo as liberdades no Sudão Meridional. (SOOKHDEO, 2004: 129-142)

Até então a ONU não havia demonstrado parecer político quanto a qual deveria ser a condição futura do Sudão, mas primou pelo discurso de que se mantivesse a autonomia e o respeito aos direitos humanos no Sudão Meridional. Este primeiro período de autonomia durou onze anos e decorrente de acusações mútuas entre Cartum e Juba (sede do Sudão Meridional) foi quebrada a trégua que, se descumprida, cancelaria os efeitos do primeiro acordo entre Anyanya e o Governo do Sudão levando a que a autonomia fosse retirada. (COLLINS, 2008: 103-114)

Houve um incidente em 1983, ligado à sabotagem estratégica bélica, o que provocou a suspensão da vigência do estatuto semi-autônomo do Sudão Meridional, tornando as responsabilidades governativas ao governo central de Cartum, pelo que o país retroagia ao Estado Islâmico unitário.

Os mesmos atos de mútuas acusações retornaram quando houve demonstrações de que a islamização estava sendo levada a cabo como propósito de Razão de Estado pelo governo de Cartum e a proibição de demonstrações públicas de qualquer rito religioso que não as práticas de oração islâmica nas mesquitas e a promoção do islamismo como única religião para o Estado juntamente com a autorização de que todo o sistema de ensino fosse mudado para o árabe, e além dessas medidas culturalmente e socialmente impopulares, a supressão de direitos fundamentais no campo político da cidadania e a imposição da Sharia² (Lei Islâmica Totalitária) pelo presidente Jaafar Nimeiry. (GUIMARÃES, 2010: 11-26)

Essas decisões governamentais reavivaram a sanha bélica do Anyanya e a guerrilha retornou, inaugurando o período Anyanya II, paralelo à Segunda Guerra Civil Sudanesa (1983-2005) que prosseguiria por mais dezesseis anos até que se firmasse novo entendimento gerado pelo Amplo Acordo de Paz entre o Exército de Libertação do Povo do Sudão e o Governo do Sudão (CPA) entre 2000 e 2005. (JOHNSON, 2003: 100-112)

1.5 Segunda Guerra Civil Sudanesa: Organização das Nações Unidas encampa a Resolução do Conflito

Surge, em 1983, paralelo ao Anyanya II o SPLA, sigla em idioma inglês para Exército de Libertação do Povo do Sudão – Sudan People's Liberation Army. Essa instituição rebelde conseguiu até 2005 manter-se como divisora e contendora do *status quo*, sendo reprimida pelo governo central, porém nunca totalmente debelada. As raízes dessa incessante dinâmica de forças fraticidas e beligerantes conduziu de fato à Segunda Guerra Civil Sudanesa de 1983 a 2005. (COLLINS, 2008: 125-130)

2 - Sharia (Código Islâmico fundado em interpretações muitas vezes Xiitas do Al-Qurhan/Alcorão).

Liderada por John Garang de Mabior que objetivava com a condução da guerra apenas garantir direitos fundamentais e distribuição equitativa da produção de recursos naturais e petrolífera sem almejar com sua liderança uma secessão do Sudão, posição não compartilhada pelos demais setores do SPLA. (UNMIS, 2010)³

O SPLA marcava o retorno às funções de guerrilha para desestabilizar e mesmo extirpar posições do governo central do Sudão no Sudão Meridional. Desenvolvia-se deste modo o segundo período da guerra civil, paralelo ao Anyanya II, logo debelado e absorvido pelo SPLA, sendo também o período em que a ONU exortou os líderes e ao governo sudanês que apropriadamente cessassem com as hostilidades e primassem pela via negocial para tratar com os sul-sudaneses.

Negociações de fato nunca ocorreram, proporcionando à guerra civil mais durabilidade no cenário, prosseguindo em suas atividades sangrentas por mais dez anos. No decurso desse período houve a interferência de duas Organizações Internacionais fundamentais à regulação da manutenção de serviços vitais às comunidades atingidas pela guerra civil, tanto em termos sanitários e securitários, com a ajuda humanitária, como em termos comunicacionais e negociais, com a ação diplomática. (ATTREE, 2012: 12-15)

O primeiro movimento no sentido de um entendimento diplomático entre as partes beligerantes foi feito em 1993 pelo IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento /Intergovernmental Authority on Development), lidando em termos de equanimidade com a situação de forças posta em cenário a organização ofereceu seus bons ofícios e mediação para que chegassem a termo decisões importantes no estabelecimento de conversações e eventuais tréguas de ambas as partes, conscientizando, ainda que minimamente, o processo fratricida de secessão sudanês. (GOSS, 2011)⁴

A evolução da guerrilha, já transformada em Exército Nacional, com a escalada de forças e o mútuo deslocamento de refugiados, conexo ao recém iniciado conflito no Darfur, conduziu as partes em questão a aceitarem uma maior participação do IGAD nas negociações e esta manobra proporcionou a contemporização dos atos destrutivos até que o conflito retornasse a seu pico e eclodisse recidiva da guerra civil que somente seria amainada após a ONU principiar por encampar diplomaticamente os esforços do IGAD, legando em 1997 o diplomata Mohamed Sahnoun, argelino, como negociador da ONU exclusivo ao caso. A ONU transforma-se deste modo em instituição de mediação entre os contendores ao encampar diplomaticamente as conversações tomando a diretiva de estabelecer que os resultados das negociações seriam transformados em

3 - United Nations Mission in the Sudan - <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmiss/>

4 - Government of South Sudan/Governo do Sudão do Sul: <http://www.goss.org/>

tratados que vinculariam a ambos, governo central do Sudão e Exército de Libertação do Povo do Sudão. (SAFERWORLD, 2008)

Do ano 2000 até 2004 buscaram-se diversas formas de entendimento. Negociaram-se acordos para o compartilhamento de poder, divisão equitativa de recursos energéticos, responsabilidade conjunta sobre saúde, desenvolvimento e outros aspectos relevantes para a manutenção da paz entre os beligerantes. Tais acordos diplomáticos se tornaram protocolos assinados em diversas cidades quenianas dentre as quais Machakos e Naivasha e que seriam as diretivas integrantes do *corpus* tratadístico do CPA, produzindo efeitos políticos que vincularam os beligerantes. (GOSS, 2011)

Cartum concordou, em 2005 após intervenção político-diplomática da ONU secundando à organização de integração regional da África Oriental, o IGAD, a restabelecer a autonomia às tribos do sul que, sob o comando Dinka seria posta legalmente sob uma espécie de confederação hegemônica *sui generis*, pois foi concedido ao Presidente eleito do Sudão Meridional o cargo de Vice-presidente do Sudão, passando a existir legalmente um co Estado, parte do Estado sudanês, porém gozando de autogoverno e mantendo o SPLA como unidade de defesa, tendo como primeiro representante John Garang de Mabior, líder do Sudão Meridional na II Guerra Civil. John Garang foi morto num acidente de helicóptero não esclarecido, um mês depois da decisão que o nomeou.⁵

Com as posteriores negociações, que terão seu procedimento elucidado no segundo capítulo deste trabalho, acordou-se também a possibilidade democrática de que após cinco anos de autonomia se estabelecesse a convocação de um referendo nacional para que os povos do Sudão Meridional pudessem, através do sufrágio, decidir-se pela manutenção do *status-quo* político no Sudão ou a secessão amigável, adquirida pela autodeterminação, para proceder à soberania estatal plena de direitos que seria reconhecida amplamente em âmbito internacional através da ONU. (GOSS, 2011)

A ONU, com o fito de proteger e assegurar o processo de autonomia estabeleceu em 2005 na região, uma força de segurança através da UNMIS - United Nations Mission in Sudan / Missão das Nações Unidas no Sudão. Com função de *peacekeeping*/missão de paz e ajuda humanitária essa missão desenvolveu uma organização formal da saúde, política e da segurança do Sudão Meridional sendo a sucessora da UNAMIS, (Missão das Nações Unidas para Avanço no Sudão) e foi o Órgão Monitor dos tratados, sem a UNMIS seria inviável um processo de transição seguro que assegurasse que ambas as partes o cumprissem, mantendo a trégua pela qual a paz de seis anos e meio exigida se

5 - Investigações inconclusas não revelaram de fato os problemas aeronáuticos ou outras causas relatadas ao falecimento de John Garang de Mabior. Maiores detalhes em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/2134220.stm>

mantivesse até que o referendo pudesse ser aplicado em 2011 e seus efeitos implementados *de facto*. (UNMIS, 2011)

1.6 Período Autonomista II: Impactos da Atuação das Organizações Internacionais

A Segunda Guerra Civil Sudanesa teve seu termo em 2005. Tal foi possibilitado pelas negociações geradas através dos Acordos de Naivasha no Quênia, oficialmente denominado Amplo Acordo de Paz (CPA) entre o Governo da República do Sudão e o SPLM/A (Comprehensive Peace Agreement between the Government of the Republic of the Sudan and Sudan's People Liberation Movement/Army).

Os principais ativos econômicos dos sul-sudaneses como povo autônomo estão em ocuparem um vasto território compreendendo 619.000 km² de terras férteis, bem irrigadas pela bacia do Nilo, local de rotas estratégicas no coração da África, que possuem veios minerais preciosos e inestimáveis, fontes de petróleo, ouro, manganês, diamantes, dentre outros minérios fundamentais. Esperar que tal configuração de fatores em particular não atraísse as simpatias políticas do Ocidente, seria esquecer que, penetrar geopoliticamente o coração da África é essencial para manter o domínio sobre as fontes de energia, estabilizando o capitalismo neoliberal financeirizado, e um novo Estado patrocinado por ocidentais naquela região não seria rejeitado pela organização internacional “universal” onde as grandes potências detêm as posições máximas no Conselho de Segurança (COLLINS, 2008: 155-161)

Enquanto se aguardava o termo do período oficial de seis anos e meio estabelecido pelo CPA, o IGAD e o representante oficial da ONU realizaram cúpulas em diversas cidades da região oriental da África, as mais importantes delas em Adis Abeba, capital da Etiópia. Tais cúpulas previam a realização da implementação progressiva dos artigos acordados no CPA. (IGAD, 2008)⁶

Resolveram também questões contingentes entre os líderes implicados Omar al-Bashir (Presidente do Sudão) e Salva Kiir Mayardit (Presidente do Sudão Meridional). Tais cúpulas diplomáticas tiveram o sentido de apaziguar, através de discussões no seio das Organizações Internacionais envolvidas, um projeto de convivência pacífica e cumprimento voluntário das cláusulas. (GOSS, 2011)

No decorrer do processo, no entanto, houve desentendimentos entre os órgãos oficiais de ambos os lados e entre os militantes sul-sudaneses e o Exército do Sudão pelo estabelecimento de posicionamentos territoriais que beneficiassem exclusivamente uma das partes na questão referente à geolocalização de poços de petróleo. Tais incidentes ficaram conhecidos como Conflito

⁶ - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, <http://igad.int/>

pela Posse de Abyei, região rica em petróleo cuja situação permanece à parte do estabelecido pelo CPA, sendo objeto de um plebiscito que ainda não foi conduzido e prevê a decisão sobre qual Estado deverá possuir a soberania em tal região. (GOSS, 2011)

1.7 Compreensão Histórica do Estado no Caso ONU/Sudão do Sul

Finalizada a contextualização histórica das Guerras Civis Sudanesas através da busca motivacional das origens do conflito que residem no passado colonial do país, na concentração de direitos políticos e recursos econômicos, bem como na discriminação social islamizadora vivenciada pelos diversos grupos sulistas sub representados na República do Sudão, conclui-se este capítulo com uma análise dos fatos pós-autonomia e a atuação onusiana no processo.

Tendo legado um representante oficial para as negociações e através da UNMIS (Missão das Nações Unidas no Sudão) a Organização das Nações Unidas coordenou desde 2000, junto às demais organizações internacionais envolvidas no caso, o processo de transferência de poder acordado com o fechamento dos Acordos de Naivasha que foram *ab initio* proporcionados por bons ofícios do Quênia. A partir do ano de 2005 o Sudão Meridional retornaria ao estatuto de autonomia por seis anos e meio, até que o referendo de autodeterminação pudesse ser votado. Ao fim do período em questão, no mês de janeiro de 2011 deu-se o referendo, que passou o pleito independentista por 98,83 % dos votos computados e válidos. (GOSS, 2011)

O Sudão do Sul se tornou Estado soberano em 9 de julho de 2011. Tem-se então o período analisado neste trabalho: 2000 a 2011, com o fito de analisar sob a ótica das Relações Internacionais a atuação diplomática das Nações Unidas do momento em que encamparam as negociações até o advento da independência do Sudão do Sul, através do reconhecimento formal, autorizado pelo Conselho de Segurança, o que confirmou a soberania ao novo Estado permitindo-lhe relacionar-se oficialmente, ainda que relativamente, com os demais atores preponderantes e legítimos para as Relações Internacionais. (GOSS, 2011)

Tal soberania instável e questionável do Sudão do Sul sobre seu território, forças bélicas e população, significa um processo de transição nas normas de convivência e atuação entre os Estados africanos entre si e com a ONU. Este processo, não apenas se refere ao Sudão como centro de um conflito internacional, porém, conduz ainda um aprofundamento desta problemática aos demais Estados e OI's da região oriental da África.

O Sudão do Sul configura politicamente um fator de instabilidade aos países da região da África Oriental – Quênia, Uganda, Etiópia, Djibuti, Sudão, Somália e Eritreia – este fator instável se une às dinâmicas de conflito e terrorismo no Chifre da África que ameaçam a coesão política na Somália, Quênia e Etiópia, este último também uma zona de conflito separatista, sendo as seis regiões de Oromia, Tigray, Ogaden, Gambela, Afar e Sidama, todas dominadas por movimentos

separatistas, o Sudão do Sul se encontra no Heartland⁷ geográfico dessas zonas de conflito inter-étnico exacerbados pela paupérrima condição das populações e a intransigente relação com seus governos centrais elitistas e concentradores de renda e recursos.

Para piorar a situação, ao norte do Sudão do Sul, o Sudão ainda treme com o processo de desintegração no Darfur, Cordóvão do Sul e Beja-Frente Leste, este Heartland africano, fragmentário e catalisador de processos separatistas, ainda dá as mãos com o processo de desintegração da República Democrática do Congo. A África parece estar reavivando suas aspirações e ambições separatistas, porém há um claro colapso da ordem onusiana diante da força centrífuga dos movimentos étnico-separatistas. Há uma gama de novos Estados *de facto* jazendo sob as antigas estruturas dos Estados reconhecidos pelo foro universalizante onusiano. Talvez Oromia nunca tenha assento oficial na Assembléia Geral da ONU, porém a África não é o que a ONU diz ser, as antigas definições de poder definitivamente ruíram na África. (COLLINS, 2008: 121-125)

Os países da África Oriental que, em seus esforços e projetos para implementar, e desenvolver o aprofundamento da integração regional naquela região através do IGAD e da Comunidade da África Oriental (CAO/EAC), acolheram e até mesmo proporcionaram os meios pelos quais veio à existência legal esse novo ator no sistema internacional, um Estado recém criado, que conta apenas cinco anos de independência, peçados pela situação latente de guerra com o vizinho Sudão e a real Guerra Civil que opõe diversos grupos dentro de suas fronteiras.

Tull (2011) demonstra o problema da tendência separatista na África:

Após a independência da Eritreia em 1993, o Sudão do Sul é somente o segundo caso de uma secessão bem sucedida na África pós-colonial. Ambos Estados, ganharam soberania com consenso de sua metrópole, embora após violentos conflitos. No presente não há evidências que sugiram que outros governos na África Subsaariana, também confrontados com demandas separatistas irão aquiescer à partição de seus Estados com o fim de terminar conflitos irredentistas. Da mesma forma, nenhum movimento secessionista existe hoje na África que possa reunir suficiente poder militar para forçar o poder central a conceder a separação. (TULL, 2011: 1)

O aporte internacional onusiano à questão sul-sudanesa demonstra talvez que o déficit

7 – Heartland: Conceito geográfico e geopolítico utilizado por Halford MacKinder para descrever Territórios que centralizam, ou que são aglutinadores de Poder em relação a um território periférico. Por definição, o Heartland é circundado pelo Hinterland, ou seja o território Periférico. Heartland é utilizado aqui para posicionar Israel e o Sudão do Sul em Relação estratégica no Centro dos conflitos no Oriente Médio, possuindo, portanto, valor analítico para a compreensão do próprio conflito no Sudão e suas consequências.

secessionista na África esteja se tornando obsoleto. A atuação das organizações internacionais em continentes com alto grau de latência de conflitos civis em torno de projetos emancipatórios pode vir a tornar-se no cenário internacional um tema recorrente propício ao surgimento de novos Estados, principalmente em casos em que o reclamante possua um território vasto e repleto de recursos fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo financeiro e tecnológico desse tumultuado período transicional do início do século XXI, em que as identidades se diluem enquanto buscam afirmação, num processo ilógico que desafia a compreensão da mais acurada teoria. (ENGELBERT, HUMMEL, 2000: 7-18)

Para a Teoria de Relações Internacionais as Organizações Internacionais são construtos políticos dos Estados. Os Estados, necessitando de normatividade e previsibilidade em suas relações, debatem e criam regras que se consolidam em instituições. Tais instituições são controladas e autorizadas pelo poder estatal. Ou seja, a razão da existência de Organizações Internacionais é servir ao propósito estatal, seja este propósito o poder ou a cooperação. (KRATOCHWIL, RUGGIE, 1983: 753-755)

No entanto a capacidade explicativa das teorias *mainstream* de Relações Internacionais se esgotam quando uma Organização Internacional participa, influencia e mesmo define a criação de um novo Estado soberano. Como compreender, sob a ótica da Teoria de Relações Internacionais que um Estado possa ter sido fundado por uma Organização Internacional? A teoria *mainstream* realista de Relações Internacionais não explica tal fenômeno, que vem a ser compreendido à ótica das Teorias Críticas e Construtivistas. De fato este episódio, em que a ONU, dispôs uma Missão de *Peacekeeping* para dominar o terreno sob guerra civil, encampou as negociações de paz para o Sudão e influenciou a feitura dos Tratados de Naivasha com a aposição da cláusula de autodeterminação para o Sudão Meridional através de plebiscito. (GOSS, 2011)

É historicamente evidente que a ONU promoveu a soberania do Sudão do Sul e ao fim do processo, quando o referendo de 2011 sobre a Autodeterminação do Sudão Meridional aprovou o pleito com 98,83% dos votos, o presidente do novo país, Salva Kiir Mayardit, solicitou ao Secretariado Geral, à Assembleia Geral e ao Conselho de Segurança da ONU que aceitassem o Sudão do Sul como membro soberano pleno do Sistema Internacional, com assento oficial na Assembleia geral da ONU.

A partir deste acontecimento a Organização se tornou “mãe” do Estado. Tendo pacificado, encampado negociações e autorizado a soberania de um novo Estado africano a ONU literalmente criou e fundou o Sudão do Sul. Em outros casos de virtual independência, como os auto-governados Abecásia, Transdnístria e Kosovo, a ONU não concedeu reconhecimento. Isto demonstra talvez que a ONU esteja disposta a tratar alguns casos com uma atitude branda, e mesmo fomentadora em relação à partição de certos Estados, a depender do pêndulo de poder e da região em consideração, e

omissa por outro lado quando a situação, por exemplo, na Abecásia, leva a um claro conflito entre o Ocidente e a Rússia, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Neste caso a Rússia apóia sem restrições a Abecásia em sua declaração de independência em relação à Geórgia em 1991, o que não é reconhecido pela ONU. A particularidade é que a Abecásia teve sucesso em sua guerra contra o governo central de Tiblisi e ainda na década de 1990 conquistou o auto-governo, que sob os auspícios russos se mantém, apesar dos constantes protestos da Geórgia na própria Assembléia da ONU.

A questão da soberania plena se confunde com a da soberania onusiana. A Abecásia tem soberania *de facto* e *de jure*, no entanto, pela condição de apoio Ocidental à Geórgia, o Conselho de Segurança jamais poderá conceder reconhecimento formal à Abecásia, sem conceder antes demasiado poder à Rússia, o aval ao reconhecimento da soberania onusiana, ou seja direito de pertencer à Organização das Nações Unidas com o reconhecimento da maioria dos demais Estados soberanos.

O Sudão do Sul não goza de soberania plena, pois se encontra em estado de guerra civil entre as tribos Dinka e Nuer, assim como em guerra binacional com o Sudão pela posse das regiões de Abyey, Cordóvão do Sul e Nilo Azul, regiões ricas em petróleo. Paradoxalmente o Sudão do Sul detém o reconhecimento do Conselho de Segurança que passou uma resolução especial ao caso, assim como reconhecimento da maioria dos países soberanos que também detém assento na ONU.

A discussão teórica a respeito dos problemas da Soberania Plena e Soberania Onusiana é discutida por três autores, Plagemann (2013), Ronzoni (2010) e Zick (2005) que discorrem de maneira divergente sobre o grau de autonomia, o preparo para exercer funções políticas sobre seu território, manutenção de forças armadas, desenvolvimento econômico e social e demais funções estatais. Põe-se a Soberania em questão a partir de questionamentos sobre a natureza e evolução dos mecanismos materiais e também relativamente à Teoria ou filosofia do Estado.

O Estado é soberano por ser reconhecido pela ONU como tal. Porém, relativamente aos seus pares, tal Estado é capaz? O multilateralismo onusiano capacita o Estado recém fundado através de seus processos legitimadores, e tal legitimidade se confronta com a virtual inépcia de tais Estados recém fundados no Sistema Internacional. O Estado permanece apenas em condição de observador e por vezes marginalizado e confrontado com a inércia em suas relações e a inexistência de uma estratégia internacional visível. (ZICK, 2005: 9-13)

O Estado, apesar de soberano, ainda é, em termos, coagido no Sistema Internacional por meio de processos políticos provenientes das Grandes Potências. Em relação a democracias emergentes e exercício da Soberania *de facto* configura-se dificultosa uma real correspondência. A maioria dos Estados considerados “democracias emergentes” nem ao menos possui instituições democráticas, o que impossibilita o avanço da percepção legitimista sobre o Estado. Seria tal Estado

recém fundado um partícipe legítimo, apesar das resoluções onusianas? (PLAGEMANN, 2013: 12-15)

A Soberania teórica do Estado, relativa à assunção de pressupostos realistas sobre o Estado, está em injunção com as falhas reais do Estado em relação às Organizações internacionais e seu modo de ação interveniente. As Organizações Internacionais, portanto, se traduzem em instituições responsáveis por suas criações estatais e as conseqüências que destas possam advir. A questão, no entanto é se o Estado está apto a exercer suas relações com a OI em termos legítimos e qual será a posição do Sistema Internacional quanto a tais relações. (RONZONI, 2010: 7-10)

Soberania Onusiana significa apenas a concessão legitimadora de soberania, o reconhecimento internacional por parte da Organização das Nações Unidas. Soberania Plena significa a total capacidade de gestão do Estado sobre seu território, população, forças materiais e demais aspectos. Há evidentemente um choque e um paradoxo em como foram conduzidos tais processos legitimadores e o que o Sudão do Sul de fato é. A história de guerras civis e o fomento das OI's conduziram à fundação do Sudão do Sul, o processo de *statebuilding* se iniciou e o ambiente de sua evolução permanece em conflito. A dinâmica beligerante na Bacia do Nilo permanece.

Capítulo 2

Análise Tratadística: Adis Abeba a Naivasha e Atuação da ONU na Fundação do Sudão do Sul

Tendo recorrido a respeito do fenômeno das guerras civis sudanesas, propondo uma fundamentação através da historicidade, para obtenção do conhecimento que permite elucidar a problemática da autorização fundacional da ONU ao Sudão do Sul. A ONU, por excelência a OI universalizadora das regras, normas e valores internacionais, definiu os aspectos materiais dos fatores políticos, negociais e diplomáticos que conduziram o processo de independência, o presente capítulo visa informar os aspectos de Direito Internacional analisando a tratadística e os respectivos efeitos dos diversos protocolos que vieram a compor o CPA (Comprehensive Peace Agreement).

Para tanto, tal processo será descrito com base na letra dos tratados, para realizar a tarefa de informar a estrutura processual que dotou de legalidade e legitimou o pleito sul-sudanês perante a sociedade internacional. Trata de compreender as ações de conciliação e tréguas regulamentadas pela letra do tratado, que realizaram a criação fundacional de um novo Estado na África a partir da reciprocidade no cumprimento do estabelecido pelas partes: O Governo da República do Sudão e os autonomistas do Exército/Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLA/M).

Neste também será apresentado, de forma sucinta, os principais pontos do Tratado de Adis Abeba que determinaram o primeiro cessar fogo secundado pela intervenção diplomática etíope em 1972 e produziu o primeiro período de autonomia com a criação do Sudão Meridional. Embora não haja ligação direta com a ação da ONU e não faça parte estrita do tema problematizado, constitui importante evento diplomático para a compreensão da independência sul-sudanesa como processo político e histórico. Trata-se de uma introdução às posteriores negociações que se estenderam de 2002 a 2005, assim como o primeiro período de autonomia (1972- 1983) é um prelúdio ao segundo (2005- 2011), podendo ser compreendidos como interconectados. (PAKENHAM, 1991: 134-141)

2.1 Antecedentes, ratificação e vigência do Acordo de Adis Abeba – 1972

Consecutiva à Conferência de Juba – 1946 ⁸, que uniu norte e sul do Sudão sob uma mesma administração colonial aconteceu em 1952 a concessão de autogoverno à Colônia do Sudão que obteve a independência completa em 1956. (ASSIS, 2009: 46-47) Os povos sul sudanêses, insatisfeitos por suas demandas não serem atendidas nos foros de Estado iniciaram através de um motim em 1955 na Equatória rebeliões que se caracterizaram como “O problema meridional” e se desenvolveram num corpo militar denominado Exército para Libertação do País que em 1963 passou a denominar-se Anyanya. (GOSS, 2011)

⁸ Minutas da Conferência de Juba <http://www.gurtong.net/LinkClick.aspx?fileticket=OBZ%2B7v1SXis%3D&tabid=124>

Em 1969, surge no Anyanya a liderança centralizadora de Joseph Lagu, mais propenso a conversações de paz com Cartum. Tomando o poder em 1959 o presidente revolucionário Jaafar Nimeiry iniciou conversações propícias à busca de uma solução conjunta dirigida por Cartum através da Declaração Política a respeito da Questão Meridional construindo o caminho para o Acordo de Adis Abeba. (JOHNSON, 2003: 80-83)

Os três principais pontos que regeram as primeiras conversações foram: primeiro; reconhecer a magnitude do problema meridional destacando que as diferenças de desenvolvimento entre norte e sul propiciaram tal situação.

Segundo; reconheceu as diferenças socioculturais entre as duas partes do país, ressaltando que os meridionais tinham direito de desenvolver-se culturalmente em um Sudão socialista unificado com direito à autonomia regional.

Terceiro; estender a lei de anistia, desenvolver o Sul, apontar um ministro para assuntos meridionais e convocar os meridionais a construir um Sudão unido e democrático. A insurgência armada no entanto manteve suas atividades até a formal assinatura do Acordo de Adis Abeba. (SHINN, 2004: 230)

O Conselho de Ministros do Sudão negou pedidos de conversações com os rebeldes em 1970. O quadro da situação se tornou então uma reforma de cima para baixo, negando a formal participação das lideranças sulistas no processo. Um golpe de Estado comunista fracassado contra Nimeiry reverteu a situação no fim daquele ano e Cartum autorizou uma abertura para realização de conversações para a resolução do conflito em diálogo com o Anyanya. Através do SSLM (Movimento de Libertação do Sudão Meridional) criado como organização política por Joseph Lagu em 1971 o Governo do Sudão resolveu no mesmo ano dirigir conversações secretas em Adis Abeba, ambas as partes concluindo que a guerra civil havia se tornado muito custosa tanto em termos humanos quanto em financeiros. (GOSS, 2011)

Os pleitos sulistas eram um estado federado com governo separado livre de interferências políticas de Cartum e um exército pleno que só obedeceria aos comandos do governo central na condição de ataque externo. Tais pleitos não foram aceitos pelo governo do Sudão que concedeu apenas mudanças pontuais e uma frouxa autonomia. Muitos líderes mais radicais do SSLM se opuseram, afirmando que o objetivo deveria ser a total independência. Nessas conversações houve a delegação de mediadores por parte do Conselho Mundial das Igrejas (World Churches Council - WCC) e do Conselho das Igrejas de Toda a África (All Africa Churches Council - AACC), organizações respeitadas por ambas as partes. O Imperador da Etiópia, Haile Selassie também desempenhou uma função importante para garantir o pleno sucesso das conversações. (PAKENHAM, 1991: 134-141)

Em 27 de fevereiro de 1972 Joseph Lagu, representando o Anyanya e Mansour Khalid, representante do Governo do Sudão, ratificaram o Acordo de Adis Abeba, testemunhado por quinze pessoas. Os pontos chave são os que seguem:

- As províncias de Bahr el-Ghazal, Equatoria, e Nilo Superior, constituem uma região autogovernada dentro do Sudão de acordo com as fronteiras de 1º de janeiro de 1956, com a denominação de Sudão Meridional (Southern Sudan).
 - A Região Meridional possui seus próprios órgãos parlamentares e executivos.
 - Os sulistas ficam aptos a eleger os membros da Assembleia Regional do Povo, um órgão que possui a função de legislar sobre certas matérias postas pelo Acordo de Adis Abeba.
 - Um Alto Conselho Executivo (HEC) dirigido por um presidente apontado pelo Presidente do Sudão com recomendação da Assembleia Regional do Povo supervisionará os órgãos executivos da Região Meridional.
 - O Presidente do Sudão apontará e demitirá os membros do *High Executive Council* (HEC) com a recomendação do presidente desta instituição.
 - O presidente do HEC e seus membros são responsáveis perante o Presidente do Sudão e a Assembleia Regional do Povo.
 - Nativos da Região Sul constituirão uma proporção considerável das Forças Armadas do Povo, correspondendo proporcionalmente à população da região.
 - Arranjo temporário de cinco anos sob o qual as forças armadas na região deverão consistir de uma força nacional denominada Comando Meridional composto de 12,000 oficiais dos quais metade compostos por nortistas.
 - Juba é a capital do Sudão Meridional sede do HEC e da Assembleia Regional do Povo
 - Liberdade de opinião religiosa e direito de professar-se publicamente.
 - Árabe é a língua oficial do Sudão, enquanto o Inglês é a principal língua da Região Meridional, sem prejuízo ao uso de outros idiomas.
 - Garantias e coletas de rendas para a Região Meridional.
 - Somente será emendado à constituição sudanesa se houver o voto favorável de três quartos da assembléia nacional e dois terços num referendo para o eleitorado meridional.
- (SHINN, 2004: 240-256)

Em seguida à ratificação entre as partes o Acordo foi elevado à condição de Ato de Autogoverno Regional para o Sudão Meridional que passou a fazer parte da constituição sudanesa um ano depois. Isso incluiria além da tarefa da pacificação, aquela da promoção estatal do desenvolvimento de uma região remota que nunca dantes gozara participar nos proventos estatais, carecendo das infra-estruturas fundamentais da qual Cartum retirava (e retira) o petróleo que atravessa o país até Porto Sudão. O Acordo estabeleceu as regras para as políticas do pós-guerra no Sul parecendo ganhar função permanente e funcional para o sistema político do Sudão buscando a consolidação da unidade nacional. (SHINN, 2004: 250-256)

Houve, no entanto, durante o período considerado revoltas por todo o Sul demonstrando que para alguns grupos remanescentes da guerrilha e algumas populações não havia legitimidade no Acordo. Havia suspeitas de que a elite islâmica pudesse a qualquer momento proclamar o Estado Islâmico, o que seria inaceitável ao povo do Sul, a participação não era devidamente democrática nem nos mínimos requisitos, a distribuição de renda não era equitativa e faltava ao país mais autonomia regional. (SHINN, 2004: 250-256)

As razões para a falência do Acordo de Adis Abeba (Adis Abeba Agreement – AAA) em 1983 com o fim da autonomia instável que durou onze anos e o retorno da guerra civil estão principalmente na falta de comprometimento de longo termo de Cartum e em que os interesses nortistas prevaleceram sobre os malogros sulistas. A imposição do Árabe como língua ao povo do Sul era inaceitável porém promovida pelo governo central. Questões de segurança, desconfiança dentro dos órgãos de defesa, dificultando o amálgama das forças Anyanya às governamentais. O subdesenvolvimento estrutural do Sul, dificultando o acesso da população comum aos bens mais fundamentais e a infraestruturas básicas ao sustento humano. O petróleo nunca chegou a ser compartilhado e se tornou um foco fundamental para reacender o conflito e dificultar o processo de paz autonomista. O Canal de Jonglei, não previsto no AAA que serviria a projetos governistas de irrigação no norte. A alta interferência na política sulista demonstrando a arbitrariedade da condução governativa de Nimeiry. (SHINN, 2004: 250-256)

Esforços de Cartum para redesenhar e restabelecer a fronteira Norte-Sul, pelo que os principais campos petrolíferos pertenceriam ao norte e envolvia o estatuto das regiões de Abyei, Cordofão do Sul e Nilo Azul. O acordo de defesa mutuo entre Sudão e Egito, o que provocou a desconfiança de que o Egito, numa comunhão de interesses islâmica, viesse a ajudar a suprimir o Sul, tendo também o Egito atuado no Canal de Jonglei que se localiza no Sul e objetiva aumentar a vazão do Nilo para o Sudão. Dividir o Sul em três regiões. (SHINN, 2004: 250-256)

Em 1983 Jaafar Nimeiry revogou o AAA e o estatuto político do Sudão Meridional foi legalmente retroagido. Seguiu-se a eclosão da Segunda Guerra Civil Sudanesa que duraria até 2005 com o estabelecimento do CPA, negociado durante os seis anos anteriores. (COLLINS, 2008: 130)

2.2 Ampla Acordo de Paz (CPA): Governo do Sudão *versus* Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão

Em seguida à perda de estatuto autônomo no Sudão Meridional transcorreram dez anos de guerra civil sem que fossem propostas novas fases de negociação factíveis para a resolução do “problema meridional” em sua reedição. Em 1993 sob os auspícios diplomáticos do IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento) que proporcionou os *loci* necessários ao exercício de negociações coesas com os princípios da compreensão mútua sobre as principais fontes de discordância; compartilhamento de recursos, poder, função da região no Estado e autodeterminação. Como houve o transbordamento do conflito em direção aos demais países da África Oriental, representado pelos refugiados, litígios fronteiriços e complicações político-diplomáticas a interferência do IGAD conduziu ao início de negociações equilibradas entre as partes. O problema de segurança internacional principiava por ser ponderado. (COLLINS, 2008, 245-271)

Em 1997, após a interferência do IGAD, a ONU legou um representante oficial ao caso, Mohamed Sahnoun, conselheiro especial, através do qual a organização acompanhou e apoiou a iniciativa de paz regional nas reuniões de cúpula realizadas durante os processos de negociação até ser sucedido em 2000 por Jan Pronk que conduziria os processos de negociação até a ratificação total dos protocolos em 2004 e a instalação da UNMIS⁹ em 2005 como gestora onusiana da governança e state building no Período Interino de seis anos acordado no processo.

2.3 Cláusulas Regendo o Processo de Independência do Sudão do Sul no CPA (Protocolo de Machakos)

Kofi Annan, à época Secretário Geral das Nações Unidas, visitou a região em 2002 com objetivos claros de demonstrar que a ONU secundaria todo o processo de paz. Essa visita abriu a fase de ratificação sucessiva dos seis protocolos que compõem o CPA, também conhecidos como Acordos de Naivasha, cidade queniana onde se realizaram a maioria das conferências.(GOSS, 2011) O primeiro de tais protocolos foi assinado em 20/07/2002 em Machakos, no Quênia. Seus princípios estabeleciam que: As partes concordariam com um amplo programa estabelecendo princípios de governança, o processo de transição e as estruturas governamentais assim como o direito à autodeterminação do povo do Sudão do Sul, tendo ainda agravantes em fatores de religião e Estado. Suas principais cláusulas são, como segue no preâmbulo:

⁹ UNMIS <http://unmis.unmissions.org/Default.aspx?tabid=515>

- Consciente de que o conflito no Sudão é o mais longo em andamento na África, que causou horrendas perdas em vidas e destruiu a infraestrutura do país, desperdiçando recursos econômicos, e causando sofrimento inominável, particularmente em respeito ao povo do Sudão do Sul ...
- Convencido de que o processo reavivado pelo IGAD sob a direção do presidente queniano Daniel Arap Moi, provê os meios pelos quais se resolverá o conflito, estabelecendo uma paz sustentável ...
- Comprometido com uma resolução negociada pacífica e compreensiva do conflito baseado na Declaração de Princípios (DOP) para o benefício de todo o povo do Sudão.

De acordo com a Parte A do Protocolo de Machakos (Destacados os principais pontos):

“Princípios Acordados:

1.1 Que a unidade do Sudão, baseada na livre vontade da governança democrática de seu povo, prestação de contas, igualdade, respeito, e justiça para todos os cidadãos do Sudão é e será prioridade das Partes reajustar as ofensas ao povo do Sudão do Sul e ir ao encontro das suas aspirações dentro de tal estrutura.

1.2 Que o povo do Sudão do Sul tem o direito a controlar e governar assuntos pertinentes à sua região e participar equitativamente no governo nacional.

1.3 Que o povo do Sudão do Sul tem direito à autodeterminação, *inter alia*, através de um referendo que determinará seu *status* futuro.

1.4 Que a religião, costumes, tradições são uma fonte de força moral e inspiração para o povo sudanês.”

Tais cláusulas da parte A do Protocolo de Machakos (PM) fornecem o panorama geral do estado de coisas a que havia chegado o conflito pela secessão. Os princípios giram em torno da busca diplomática da mútua compreensão fundamentada nos pré-requisitos mais básicos à condução normal de uma sociedade; a legalidade da equanimidade das instituições públicas perante a totalidade da nação, o reconhecimento estatal dos direitos de expressão a um povo que, subjugado não podia, por razão de Estado, se autodeterminar. (GOSS)¹⁰

10 - GOSS – Government of South Sudan <http://www.goss.org/index.php/united-nations>

O processo demonstrava a Cartum que os rebeldes não possuíam comunhão nacional com os projetos arabistas e que foram capazes de conduzir o Estado definitivamente à mesa de negociações. O terceiro princípio (1.3) é o de que os sulistas possam gozar de um referendo de autodeterminação demonstrando a força deste tratado firmado em 2002 relativa à vagueza do Tratado de Adis Abeba de 1972.

Segue desta forma o Protocolo de Machakos¹¹ em sua Parte B: O Processo de Transição.

Com o fito de encerrar o conflito e assegurar um futuro pacífico e próspero a todo o povo do Sudão e de colaborar com a tarefa de governar o país, as Partes concordarão em implementar o Acordo de Paz, concordando sequencialmente com os períodos de tempo e o processo descrito abaixo:

2. Período Pré Interino de seis (6) meses, durante o qual:

2.1

- a)** As instituições e mecanismos providos pelo Acordo de Paz deverão ser estabelecidas;
- b)** Se já não pela força, deverá haver a cessação de hostilidades com mecanismos de monitoração apropriados estabelecidos;
- c)** Serão criados mecanismos para implementar e monitorar o Acordo de Paz
- d)** Serão feitas preparações para a implementação de um amplo cessar fogo o mais breve possível
- e)** Assistência internacional deverá ser buscada; e
- f)** Deverá ser estabelecido uma Estrutura Constitucional para o Acordo de Paz e as instituições referidas em 2.1. (...)

2.3 Durante o Período Interino:

- a)** As instituições e mecanismos estabelecidos durante o período Pré interino deverão operar de acordo com os arranjos e princípios dispostos pelo Acordo de Paz.
- b)** Se não estiverem já prontas, o amplo cessar-fogo negociado será implementado e mecanismos de monitoração internacional deverão ser estabelecidos e operacionalizados (...)

11 - The Comprehensive Peace Agreement between the Government of the Republic of the Sudan and the Sudan People's Liberation Movement/Army
<http://unmis.unmissions.org/Portals/UNMIS/Documents/General/cpa-en.pdf> pp. 1-4

2.5 Ao Fim do Período Interino de seis (6) anos deverá haver um referendo monitorado internacionalmente, organizado em parceria pelo GOS e o SPLA/M, para que o povo do Sudão do Sul: confirme a unidade do Sudão votando pela adoção do sistema de governo estabelecido pelo Acordo de Paz; ou para votar pela secessão.

2.6 As Partes deverão se desviar de qualquer forma de revogação unilateral ou abrogação do Acordo de Paz. (CPA, 2002: xiv-xvi)¹²

O processo de transição propugnado através de várias cláusulas, tendo como destaque as acima citadas foi acompanhado por Mohamed Sahnoun de 1997 a 2000 e Jan Pronk, um neerlandês, de 2001 a 2004, representantes oficiais da ONU, durante a fase de negociação; a influência da organização demonstrava ser cada vez mais sólida e requisitada para o funcionamento pragmático das rodadas de negociações em que a ONU e seus parceiros europeus oficialmente engajados no caso, Itália, Noruega e Reino Unido, que legaram respectivamente seus ministros de Relações Exteriores e Desenvolvimento, Países Baixos representados por um enviado especial, e também outro neerlandês designado a representar a União Europeia oficialmente. Pelos Estados Unidos da América assinou Colin Powell, Secretário de Estado e pelos Estados Membro do IGAD, o Presidente de Uganda, Yoweri K. Museveni conjunto ao Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, pelo subcomitê do IGAD para o Sudão. (IGAD, 2011)

O Sudão firmou o Tratado com Ali O. Taha, Vice-presidente da República do Sudão e pelo SPLA/M o doutor John Garang de Mabior, fatidicamente falecido em agosto de 2005, um mês após ter-lhe sido entregue o mando diretivo das cláusulas da presente tratadística para exercício no Sudão do Sul. Assume em seu lugar Salva Kiir Mayardit. (CPA, 2002)

Segue-se como previsto o período pré interino para gestar o processo de autonomia que, *inter alia*, previa o estabelecimento do respeito legal ao direito à Autodeterminação do Povo do Sudão Meridional, que seria então reestruturado como unidade política regional autônoma do Sudão durante os seis anos que se seguiram à ratificação de todos os seis protocolos, o de 2002 denominado Protocolo de Machakos, versando sobre princípios gerais de entendimento a um período transicional onde seriam construídas instituições para o estabelecimento da paz; em 25 de setembro 2003 o Protocolo sobre Arranjos de Segurança; em 7 de janeiro de 2004, o protocolo de Compartilhamento de Riquezas; em 26 de maio de 2004, o Protocolo sobre o Compartilhamento de Poder, o Protocolo para a Resolução do Conflito nos Estados Cordóvão do Sul, Montanhas Nuba e

¹² - CPA <http://unmis.unmissions.org/Portals/UNMIS/Documents/General/cpa-en.pdf>

Nilo Azul e o Protocolo de Resolução do Conflito em Abyei, todos com sua importância em particular, porém somente Machakos e o Protocolo sobre o Compartilhamento de Poder (Capítulo II do CPA) produzem efeitos diretos para a apreciação no presente estudo de caso sobre a fundação de um Estado, gestado em particular sob auspícios políticos de Organizações Internacionais.

2.4 Processo de Monitoramento da Implementação do CPA: 2005 – 2011 ¹³

Três acordos necessitavam ser finalizados com o fito de garantir um amplo acordo de paz: um era o cessar-fogo permanente, outro na implementação de todos os protocolos assinados e outro ainda para concluir os arranjos de cessar-fogo e as garantias regionais e internacionais. Após adversidades ligadas a essa etapa do processo a rodada de julho de 2004 malogrou, principalmente devido às intransigências ligadas ao financiamento do SPLA, e ao deslocamento de retirada das forças no Sudão Oriental que também passava por rebeliões com auxílio do SPLA/M.

Em Nairóbi, no mês de outubro de 2004, sob pressão continuada do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, do Secretário Geral da mesma organização internacional e de seu representante oficial designado ao caso do Sudão, bem como os membros do IGAD e da União Africana, decidiu-se entre as partes levar a contento a instauração total do CPA. Conduzindo principalmente à união das forças do norte e do sul no combate aos rebeldes orientais, estabelecimento do serviço de armas dos corpos integrados, abordagem colaborativa no combate a outros grupos armados e outros aspectos do cessar-fogo permanente incluindo a função da Missão de Suporte à Paz das Nações Unidas que seria o órgão pelo qual a ONU se manteria no comando do processo que enveredaria politicamente na independência referendada pelo sufrágio universal dos sul-sudaneses. Houve também a resolução de que um Comitê de Modalidades de Implementação e Garantias regionais e Internacionais deveria imediatamente após a proclamação do CPA iniciar trabalhos para discutir as questões remanescentes quanto às duas forças armadas que deveriam coexistir no Sudão a partir de 2005. Tais demandas se encontram nos Anexos I e II do CPA.

Observando o Protocolo para o compartilhamento de Poder (Naivasha IV) tem-se que a partir de julho de 2005 o processo de implementação do CPA entra em vigor. O Presidente Omar al-Bashir do Sudão assinou a Constituição Interina Nacional (Interine National Constitution - INC) que toma como base o CPA. Também prepararam-se as atividades da Comissão Nacional de Revisão Constitucional. Em 6 de julho de 2005 a Assembleia Nacional e o Conselho de Libertação Nacional do SPLA/M adotaram conjuntamente a INC.

¹³-interpretação e tradução da informação contida em CPA Monitor <http://unmis.unmissions.org/Default.aspx?tabid=2213>. 2-4, 10-13.

Em 9 de julho de 2005 foi inaugurada a presidência tripartite. Bashir foi juramentado Presidente, John Garang de Mabior, Primeiro vice-presidente e Mohamed Taha vice-presidente. Garang foi substituído em agosto por Salva Kiir Mayardit. Foi decretado o Governo de União Nacional (Government of National Union - GNU) de acordo com a fórmula de compartilhamento de poder estabelecida pelo CPA.

A Organização das Nações Unidas Estabelece em 2005 a UNMIS, *peacekeeping* sucessora da UNAMIS que havia organizado o processo de assegurar as negociações dos acordos de paz do CPA. A UNMIS pode ser encarada como o exercício de um semi protetorado das Nações Unidas sobre o Sudão Meridional durante o processo de implementação do CPA. Foi esta missão de *peacekeeping* que, na prática conduziu à factibilidade do processo de paz, servindo como patrona do desenvolvimento equânime da autonomia no Sudão Meridional e teve seu mandato até 2011 quando assegurou também que o referendo nacional fosse realizado a contento. (UNMIS, 2011)

Em março de 2007 o Comitê Conjunto de Lideranças e o Comitê Conjunto de Alta Política começa a resolver contenciosos relacionados ao procedimento de implementação do CPA, tais discussões conduzem a um boicote político por parte do SPLM em outubro do mesmo ano, que durou dois meses. Tal atitude de retirar membros do SPLM da composição do GNU refletiu a falta de progresso quanto à região disputada de Abyei, demarcação de fronteiras, recursos de rendas de petróleo e preparações para o censo e as eleições. O boicote teve fim após al-Bashir integrar ao gabinete do GNU número maior de ministros provenientes do SPLM.

O Comitê Técnico ad hoc para as Fronteiras (TahBC) começou a trabalhar em janeiro de 2007 mapeando as fronteiras entre Sudão e Sudão Meridional. Fez viagens de campo a Londres e ao Cairo para pesquisar sobre a formação de fronteiras estabelecidas em 1º de janeiro de 1956, data da independência sudanesa. O Relatório Final foi entregue em 2008, definindo as atuais fronteiras. Em 2009 o TahBC abordou a UNMIS para que esta ajudasse a treinar corpos especializados no mapeamento de fronteiras utilizando GIS (Geographic Information System), GPS (Global Positioning System), SPOT, ERDAS (Remote Sensing Application), e Quickbird Satellite Imagery, dispositivos de mapeamento por satélite. (SAFERWORLD, 2012)

Em 2009 realizaram-se as eleições nacionais. Levando a contento o projeto de união democrática regido pelo CPA e dotando o processo político de legitimidade perante a comunidade internacional de Estados. Tais procedimentos efetivaram a participação sul-sudanesa nos meios políticos pelos quais guerrilhas rebeldes haviam lutado durante décadas a fio e representou o ápice da busca por compreensão no seio do processo designado a se desenvolver pelo CPA.

2.5 - Processo Referendário: Garantia Jurídica para a Autodeterminação - 2011¹⁴

Em 30 de junho de 2010, através de um decreto presidencial, al-Bashir apontou o presidente e os membros da Comissão de Referendo do Sudão Meridional (SSRC). De acordo com a DOP (Declaração de Princípios) estabeleceu-se a ênfase num espírito cooperativo entre as Partes e dos povos do Norte e do Sul em estabelecer uma paz sustentável com a condução do referendo e respeitando a escolha do povo. Comitês políticos e técnicos foram estabelecidos, bem como um fundo especial para a realização do evento com parcerias de contribuintes e colaboradores internacionais. Materiais de sufrágio foram importados (livros de registro, formulários e componentes). (SAFERWORLD, 2011)

Realizada em outubro de 2010 a Conferência Nacional Multipartidária principiou a fase de condução do processo limiar ao referendo, sob tal cúpula foram legadas as diretrizes para que o Sudão se unisse para um referendo livre e transparente e adotasse um código de conduta comum para as consultas populares. Al-Bashir se compromete a aceitar o resultado do referendo.

Em 7 de janeiro de 2011 teve lugar em todo o território do Sudão Meridional a votação para o referendo. As questões indagadas aos cidadãos sulistas aptos ao sufrágio foram: Manutenção da Unidade do Sudão com Autonomia para o Sudão Meridional ou Secessão do Sudão Meridional. Destacamentos do SPLA combatem Cartum nos montes Nuba, fora do âmbito meridional e Abyei.

Em 7 de fevereiro de 2011 a SSRC anunciou o resultado do cômputo dos votos válidos que representaram 98.83% dos eleitores a favor da secessão. Estava referendado o processo de independência garantindo o direito à autodeterminação do povo do Sudão Meridional que em 9 de julho de 2011 se tornaria o Sudão do Sul. Em Março de 2011 o governo do Sudão do Sul acusa al-Bashir de bombardeios aéreos e do planejamento de um golpe. Em Maio Cartum ocupa a região fronteira de Abyei, descumprindo o CPA. Em Junho ambos governos assinam acordo para desmilitarizar a região disputada de Abyei e fazer entrar a força de paz liderada pela Etiópia.

2.6 - Declaração de Independência e Reconhecimento Internacional da República do Sudão do Sul

Em 9 de julho de 2011 o Sudão do Sul declarou-se Estado soberano e foi imediatamente reconhecido como tal pelo Sudão. (COX, SNAPPER, 2013: 18) Em seguida o Egito e a Alemanha, à época presidente do Conselho de Segurança da ONU, o reconhecimento da organização veio a termo em 14 de julho, antes da União Africana que deu o aval em 20 de julho. O quarto país a

¹⁴ - interpretação e tradução da informação contida em “CPA Monitor” <http://unmis.unmissions.org/Default.aspx?tabid=2213>. 43-47

reconhecer o Sudão do Sul foi o Quênia, que havia dado apoio político-diplomático durante a Segunda Guerra Civil Sudanesa.

A China, que apoiara o *status quo* até os últimos minutos foi o oitavo país a conceder reconhecimento no que se seguiu a Grã-Bretanha, antiga senhora colonial dos Sudões. Oficialmente passava a existir perante o sistema internacional um novo Estado africano apto a exercer as relações internacionais sob regime de igualdade jurídica. Desde 1993 com a independência da Eritreia (África Oriental e membro do IGAD) não ocorria na África tal fenômeno de secessão bem sucedida. O Brasil, que à época era membro temporário do CS foi o vigésimo quinto Estado a reconhecer o Sudão do Sul. À presente época já a maioria dos Estados-membro da ONU reconhece-lhe capacidade estatal no sistema internacional. (UNSC, 2011: 1-8)

2.7 - Guerras e Tratados: como se faz um País.

Um processo de resolução de conflitos se encontra ligado determinantemente à negociação compreensiva que abarca múltiplos benefícios que possam ser compartilhados mutuamente pelas partes envolvidas. A percepção realizada com a análise exposta neste capítulo demonstra o quão elaborado um processo de negociação em termos equânimes pode ser complexa e trazer ainda desentendimentos e oscilações ao decorrer do processo. Depende fundamentalmente da vontade dos atores e da estrutura e conjuntura do estado de forças em campo e quando envolve culturas e interesses diversos torna ainda mais delicadas as ações desempenhadas pelos diversos atores envolvidos.

Como analisa Shinn (2004) os Acordos de Adis Abeba de 1972 não tiveram caráter vinculativo duradouro pois se tratou de uma concessão planejada por Cartum no contexto do auxílio diplomático etíope. Tal fator de instabilidade provocou a retirada unilateral de autonomia e a islamização totalitária do país. Em 2000 a ONU encampou oficialmente os processos negociais propostos e desenvolvidos pelo IGAD a partir de 1993 conferindo legitimidade e confiabilidade ao conduzir oficialmente tais demandas. As duas Organizações Internacionais, IGAD em âmbito regional e ONU, em âmbito universal, estabeleceram as diretrizes fundamentais pelas quais se desenvolveram as estruturas dialógicas dos tratados permitindo que as partes se vinculassem desta feita por princípios mais sólidos que os comprometessem não apenas diante de um Estado mediador como também de organizações internacionais que representassem os interesses políticos amplificados da sociedade internacional e preparassem tal país para coexistir no plano do Sistema Internacional.

Capítulo 3

Dinâmica da Política Internacional no Caso ONU / Sudão do Sul

Estados que possuem preponderância de interesses nas relações com os demais, influenciando de modo determinante o funcionamento do sistema internacional, são tacitamente reconhecidos como Grandes Potências, sendo assim tratados pelas teorias de Relações Internacionais que lhes confere preeminência quanto às análises de poderio global, seja este poderio bélico, estratégico, econômico, científico ou cultural. (MATOS; SCHWENGBER, 2010: 55-74)

De acordo com a periodização histórica contemporânea, o fim da Guerra Fria proporcionou uma multipolarização das Relações Internacionais, este movimento implica em instabilidade e fragmentação do cenário político internacional. Constata-se que esta instabilidade e permanente dinâmica de mudanças nos fenômenos globais pós-ataques terroristas da al-Qaeda ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001 são contributos à desintegração político-social e amplificadores das crises da globalização econômica dos fatores financeiros, sustentáculos, por sua vez do sistema de produção capitalista contemporâneo; influenciam numa constante imposição reacionária da democratização neoliberal ocidentalizante do Sistema Internacional, cujo cerne está nos Estados que possuem maior poderio bélico, econômico, cultural, dentre outros fatores. (MATOS; SCHWENGBER, 2010: 55-74)

Há uma evidente transição de poder entre as potências mundiais, implicando em caos sistêmico. Basicamente um conjunto de ações adversas à normatividade e cooperação no Sistema Internacional, em que os excluídos buscam uma inserção não dialógica, porém calcada no terror e na contestação ilimitada das políticas de Grandes Potências, forçando uma transição complexa, em que as Potências globais buscam o extermínio dos opositores.

Tais Estados desafiados são os poderes incontestes do Sistema Internacional. Produzem a maior parcela global de riqueza através de economias sofisticadas que pesquisam e criam tecnologias avançadas; possuem forças bélicas bem organizadas, equipadas com inteligência de ponta e os armamentos mais letais; populações gigantescas capacitadas para desenvolver valor econômico inigualável através de sua especialização; interesses globais aos quais os Estados menos importantes se adaptam e com frequência se submetem. (AYERBE, 2006: 48-72) Os jogos, ou em melhores termos, as relações político-institucionais, econômicas e de poder entre tais Estados e os demais no plano amplificado do Sistema Internacional são a corporificação das Relações Internacionais em sua realidade fundamental em que as trocas são assimétricas e o poder informa as condutas. (PECEQUILLO, 2013: 52-76)

Em sua perseguição da condição hegemônica os poderes legitimados na construção do Sistema Internacional instrumentalizam a ciência à qual aliam o capital financeiro trans fronteiriço que opera a manutenção e estruturação das formas de poder relacionadas a tal dinâmica transitória e caótica onde o meio ambiente define as agendas, pois os recursos valiosos escasseiam, enquanto recrudescem as relações políticas, que reverterem a termos geopolíticos tradicionais determinados pela estratégia da dominação de fontes mineralógicas e energéticas fundamentais ao funcionamento do sistema capitalista globalizado. (HARVEY, 2006: 33-54)

Assim posto; outras regiões/Estados, com frequência as menos pujantes, socialmente fragmentárias e governadas por instituições corruptas, com territórios repletos de recursos minerais e energéticos valiosos, exploráveis de acordo com a lógica de interesses dos mais poderosos, em que são criadas condições sociopolíticas e econômicas favoráveis à aceitação da cartilha neoliberal do Consenso de Washington. A configuração política unimultipolar em que surgem sem controle diversos atores capazes no cenário internacional o poder do Estado é contestado em muitas searas. No Caso do Sudão do Sul percebe-se uma abertura à política ocidental numa região dantes avessa à identificação com a civilização judaico-cristã e seus modos sociais, jurídicos, culturais e econômicos. (HUNTINGTON, 2003: 3-20)

Dentre as Grandes Potências se encontram os Estados Unidos da América, Federação Russa e República Popular da China. Para efeitos da compreensão do Caso do Sudão do Sul o Estado de Israel será incluído, porque além de possuir ogivas nucleares, atuou e operou de maneira determinante ao desfecho do processo das Guerras Civis Sudanesas e da Independência Sul-Sudanêsa. A Federação Russa não será incluída na análise por não possuir interesses imediatos na região. Destacam-se como de fundamental importância a este caso as ações interativas de Estados Unidos, China e Israel na fundação da República do Sudão do Sul. Quais as diretivas de suas relações com o Sudão Meridional no período 2000 a 2011? Como se comportaram diante da crise sudanesa? Como agiram e tomaram posicionamento decisório no Conselho de Segurança da ONU?

3.1 - O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas frente à Crise do Sudão (2000- 2011)

O órgão decisor da Organização das Nações Unidas, representado nas potências que nele possuem assento permanente, será analisado como ator unificado em suas posições frente ao caso do Sudão do Sul. Tal configuração permite observar a situação sob a perspectiva da promoção do *status quo*, assegurando o respeito à soberania sudanesa enquanto comportava a divisão competitiva entre China e Estados Unidos da América. A China, isolada desde a década de 80 do século XX vem abrindo campo e fortalecendo relações com o Sudão, apoiando-lhe as políticas para prover-se

de petróleo, bem como com outros países africanos possuidores de recursos energéticos que supram suas enormes necessidades industriais; os EUA implementaram sanções depois da década de 70 ao Sudão, favorecendo com isso os rebeldes do Sul. Apresenta-se então um quadro em que a influência das potências permanece como a diretiva nas opções do Conselho de Segurança (CS).

O órgão máximo de segurança na Organização Internacional de aporte universal, em que os valores democráticos ocidentais impõem prevalência; que determina as prioridades internacionais para a atuação na prevenção e resolução de conflitos, identifica-se com a estabilidade sistêmica tendo o fito da consecução de poder – têm-se nos EUA exemplos da diretiva unilateral da ação de um conselho entravado na antiga lógica de potências, que está ameaçado pela ascensão de novos polos de poder e a evidente troca de comando da liquidez financeira capitalista do Ocidente para a China e os Tigres Asiáticos. (ARRIGHI, 2000: 152-189)

O conselho de segurança não se manteve coeso quanto à questão sudanesa e frequentemente houve embates político-ideológicos entre as potências permanentes do Conselho, quanto a se deveria, ou não, haver intervenção armada através do *peacekeeping*. A latência disforme do processo decisório lento e indeterminado – enquanto seguiam as guerras civis sudanesas – sofreu os entraves de vetos e sanções determinados por interesses de poder em nível sistêmico internacional. Quando a China fez concessões no já conturbado cenário de 2008, permitindo aos EUA e às demais potências a apoiarem, na Assembléia Geral, uma melhor aproximação diplomática ao conflito, o que já vinha ocorrendo a partir de 2000, período no qual a ONU encampou os acordos que vinham sendo desenvolvidos pelo IGAD desde 1993. Tais mecanismos políticos no CS – que para efeitos deste Estudo de Caso se afigura à própria ONU como legitimadora do Sudão do Sul – determinaram a possibilidade de que o SPLA/M ganhasse campo contra Cartum e pudessem ainda se alinhar a Israel na região para desestabilizar ainda mais o continente, num momento em que os interesses hegemônicos são buscados à parte das opiniões do CS ou da Assembléia Geral. (UN, 2010)

A Federação Russa – potência clássica do CS ao lado dos EUA – prova essa tendência com a transferência ilegal de lealdade da Crimeia e as invasões no leste ucraniano em 2014. Este ato unilateral de conquista territorial infringe explicitamente os princípios da não intervenção na Soberania de terceiros Estados, indo de encontro à própria posição de poder ideologizada pela Rússia ao vincular-se ao CS. A secessão da Crimeia, com sua imediata integração ao território russo como uma república federada, parece ecoar um Sudão do Sul às avessas; enquanto que no Cáucaso a Rússia enfrenta um auto-proclamado Emirado do Cáucaso, centrado na Chechênia, mais um eco da Balcanização, um fenômeno de fragmentação estatal regido pelo princípio étnico-religioso, exacerbado por recursos naturais. (NAZEMROAYA, 2011: 1-7)

Sem o necessário consenso entre os membros do CS, a ONU *per se* manteve a postura de neutralidade perante a crise, muitas vezes beirando a apatia, política e institucionalmente, fazendo frente também ao fato da obediência à conservação da soberania sudanesa sobre seu território.

Quanto aos ajustes que poderiam ser realizados para levar a termo o caso sudanês de guerra civil e genocídio que já durava cinquenta anos o CS apenas autorizou o *peacekeeping* e este por sua vez foi um condutor e estabilizador do período de implementação do CPA.

Com a visita do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan em 1997 aos países da África Oriental, se estabeleceram diretrizes conjuntas às ações diplomáticas do IGAD para promover a conciliação entre Cartum e o SPLA/M. O CS passara a se portar como mero observador diante da situação sem envolver-se diretamente, já que as demais organizações faziam o trabalho pesado e eximia as potências em tomar parte no conflito, o que poderia eventualmente ter aprofundado as divisões político-ideológicas entre as Grandes Potências. A legação de um representante geral especial à crise do Sudão, não esteve ligada às determinações do CS que se manteve num jogo de veta e sanciona gerando um impasse a questão da intervenção da organização num Estado membro.

O CS estabeleceu de fato políticas institucionais que permitiriam ao Sudão do Sul passar por um período de paz, porém, não foi de maneira alguma contundente quanto à independência. Não foi o CS quem impôs a cláusula de autodeterminação e independência sul-sudanesa no CPA: os EUA como Estado, individualmente, e a ONU, através da Comissão para os Amigos do IGAD que encampou as negociações de paz do Sudão, foram os Atores Internacionais que determinaram tal cláusula, o que conduziu, através do sufrágio universal, à Soberania Onusiana do Sudão do Sul.

Com a celebração dos acordos CPA entre o SPLA/M e Cartum o CS determinou, com legitimidade factual o estabelecimento de uma missão de paz específica ao processo de autonomia do Sudão Meridional (UNAMIS resolução 1547) e sua sucessora criada pela resolução 1590 a UNMIS (2005- 2011) que dirigiu e assegurou o processo de paz. Tal foi o sentido da intervenção do CS até então. Tendo-se declarado diretamente favorável com a resolução 1996, autorizando perante a comunidade de Estados a fundação da República do Sudão do Sul e seu reconhecimento como membro pleno da ONU após avaliação do pleito requerido pelo próprio Sudão do Sul independente.

De acordo com a análise, portanto, o CS permaneceu num impasse controlado, diante da configuração de poder no cenário entre 2000 e 2005, mantendo-se em posição cautelosa quanto à crise. Após a aproximação do Secretariado Geral com o IGAD e a transigência de Cartum em conceder negociações o CS destravou legalmente o âmbito da ação multilateral que influiria fundamentalmente na fundação do Sudão do Sul. Permanece à penumbra o quanto o CS de fato tenha acompanhado e/ou atuado no Caso do Sudão do Sul, fato é que a ONU enquanto Organização Internacional influiu ao pacificar, encampar negociações e autorizar o Sudão do Sul como membro pleno após o plebiscito de 2011. Define-se deste modo a atuação da Organização Internacional no

Caso do Sudão do Sul.

3.2 – As Grandes Potências no Caso ONU/Sudão do Sul

A compreensão da dinâmica do processo que conduziu à soberania do Sudão do Sul encontra-se em conexão com a atuação das grandes potências em seus interesses atinentes à região. Nas próximas seções busca-se expor as relações criadas entre China, Estados Unidos da América e Israel com o Sudão Meridional durante o período de 2000 a 2011 analisado. Para um completo entendimento histórico haverá breve comentário sobre a evolução destes liames que propiciaram a gestação política da soberania sul-sudanesa. A influência determinante das estratégias das grandes potências no conflito e em sua resolução que restou na independência sul-sudanesa será analisada em termos históricos, econômicos e geopolíticos.

A) China

Desde fins da década de 80 do século XX a China esteve isolada no sistema internacional após os eventos em Tiananmen¹⁵. Necessitando parcerias que lhe suprissem as carências energéticas se aproxima de países africanos que viviam conflitos internos e com estes celebra acordos comerciais para o suprimento de recursos energéticos tais como petróleo, manganês, molibdênio dentre outros largamente utilizados na indústria. A partir de 2000 se iniciam as parcerias estratégicas chinesas na África através da diplomacia *Zhoubian*¹⁶ ou diplomacia periférica que coopta os governos dos países africanos e asiáticos através dos investimentos chineses. (OLIVEIRA, 2008: 2-5)

A aproximação com o Sudão se deu neste contexto. O país também esteve isolado no campo africano, vivenciando um conflito entre o governo central e os rebeldes sulistas do SPLA/M. Tal parceria sino-sudanesa proporcionou a Cartum uma oportunidade de alargamento de suas bases financeiras conduzindo ao financiamento de armamentos e capacidades técnicas para o combate aos rebeldes secessionistas. A China atuou no sentido de prover um desenvolvimento estratégico do Sudão enquanto nação soberana, contra restando e solapando as influências ocidentais em território sudanês. Com o fluxo de armamentos e o financiamento abundante derivado principalmente das

15 - Protestos da Praça da Paz Celestial ou Eventos de *Tiananmen*, foram protestos massivos de chineses de diversos estratos da sociedade contra o Governo Central de Pequim, em prol da livre expressão e participação democrática, liberalização institucional e melhores condições de vida e trabalho.

16 - Diplomacia *Zhoubian* é definida como a expressão da expansão chinesa em direção à periferia do Sistema Internacional instrumentalizando para este fim elementos de Política Externa calcados em uma diplomacia *soft* embasada em apoio técnico, investimento direto e cooperação em diversos setores institucionais e econômicos.

receitas petrolíferas o governo de Cartum manejou durante quase quinze anos um “diálogo armado” com os rebeldes sulistas, sendo a China a eminência parda na feitura das conexões político-militares e econômicas que caracterizaram o período da II Guerra Civil Sudanesa. (OLIVEIRA, 2008: 5-10)

Após sair do isolamento, através do comércio internacional, a China, inspirada por uma guinada político-diplomática em direção à multipolaridade sistêmica, avançou economicamente sobre a África para que sua reinserção fosse garantida através dos recursos estratégicos africanos e sua potencialidade não permanecesse restrita à bipolaridade vigente na paz armada denominada historicamente Guerra Fria (1948- 1991). Tal movimento, porém não indicou ao Ocidente que a China estava disposta a competir pelos recursos internacionais e que estava disposta com isso a apoiar regimes avessos à ordem democrática almejada por Washington e os europeus. Pequim principiou nestes anos o investimento sempre crescente na indústria petrolífera do Sudão, que representava, antes da ruptura nacional, 70% das exportações totais sudanesas à China (SCHNEIDER, 2010: 21)

A percepção de que a China atuou como um indutor e aliado do governo central sudanês em sua jornada histórica para deter o processo de fragmentação/secessão estatal decorre principalmente da necessidade sino-sudanesa de uma parceria duradoura no cenário internacional, em que uma simbiose da lógica *commodity*-indústria estava expressa. A dependência do comércio sudanês em relação à China demonstra que o isolamento deveria ser combatido através do estreitamento de laços e da cooperação aberta em temas econômicos, políticos e militares. (LARGE, 2012: 1-4)

Durante toda a década de 90 a China, por assim dizer, redescobriu silenciosamente o potencial do continente africano, relegado à segunda categoria no sistema internacional. A necessidade de investimento dos africanos, aliada à sua propensão por lutas civis fratricidas no interior do Estado, herança de um passado colonial que subjuga os Estados africanos em geral à lógica exploratória do capital financeiro, definitivamente atraiu a China. (LARGE, 2012: 4-7)

Segundo Giovanni Arrighi em O Longo Século XX, há uma identificação da troca de comando de liquidez e investimentos, centrado não mais no Ocidente, porém passando ao poder de países asiáticos, China, Japão e os Tigres Asiáticos. O poder de investimento financeiro que sustém o capitalismo em sua lógica intrínseca político-econômica, transita de mãos, do Ocidente para o Oriente, e do sistema capitalista depende a lógica contemporânea observada na política internacional e mesmo a inteira lógica do sistema internacional em seus mecanismos de funcionamento mais enraizados e historicamente profundos. (ARRIGHI, 1994: 85-86)

Pequim priorizou desta maneira a diversificação de suas fontes energéticas e garantiu que seu crescimento acelerado, constatado na década de 2000, pudesse ser sustentado no médio e longo prazo. Com o engajamento decisivo da política chinesa para a África a posição de parceria entre a

grande potência e os países africanos, especialmente o Sudão, determinou a trajetória do processo de aquisição da independência do Sudão Meridional. Com o apoio financeiro proporcionado por Pequim, Cartum pôde acrescer seus gastos militares e conter mais incisivamente os rebeldes do Sul. (ATREE, 2012: 8-14)

A todo custo Pequim se manteve apoiando o *status quo*, ou seja, que se mantivesse o Sudão Meridional sob a tutela de Cartum. Tal situação se revela propícia, pois tecnicamente garantiu o apoio do governo central sudanês aos projetos de cooperação com os chineses, bem como o contínuo fornecimento de gás e petróleo ao esforço industrial chinês. (SCHNEIDER, 2010: 23-26)

Se a China não interferiu diretamente no conflito sudanês, para evitar potenciais atritos com os Estados Unidos, também interessado e envolvido nos conflitos sudaneses, pode-se observar que Cartum utilizou o excedente financeiro do petróleo vendido aos chineses para impor a contra ofensiva, no que a relação com a grande potência é basal para a realização do protelar nas negociações, sempre desfavorável aos rebeldes meridionais. (LARGE, 2012: 6-7)

A China participou de maneira definidora e não economizou em recursos para manter o Sudão íntegro e soberano, apesar deste posicionamento, a China, que possui assento permanente no CS, não foi admoestada em nenhum momento a fazer eco às sanções ocidentais ao Sudão, pelo que transparece uma factual necessidade de equilíbrio de interesses no Sistema Internacional; para manter o SI estável e evitar escaladas de conflitos enquanto vigeu a bipolaridade, certas válvulas de escape às tensões estratégicas foram permitidas no Jogo de Poder das Grandes Potências, permitindo ao Sudão ter um aliado na China e vice-versa. (RYSKY, 2010: 112-115)

Expondo as cadeias relacionais sino-sudanesas Schneider (2010) discorre:

A proposta chinesa oferecida aos países africanos é mais vantajosa em comparação às propostas ocidentais. Pequim oferece desde vantagens como investimentos em infra-estrutura e empréstimos a termos benéficos até a transferência de tecnologia. O governo chinês tem um papel fundamental na inserção das empresas multinacionais chinesas, pois, mesmo não controlando totalmente essas empresas, consegue torná-las mais vantajosas que as concorrentes ocidentais (DOWNS, 2007:51).

Isso acontece através de ofertas de acordos comerciais e de empréstimos a taxas baixas com o governo conjugadas a negócios com as empresas chinesas, o que os governos ocidentais não se mostram dispostos a fazer. Além do Sudão, a China está presente também em países como Angola e Nigéria, conhecidos produtores de petróleo, mas também em outros países africanos, como Moçambique, por exemplo.

(SCHNEIDER, 2010: 28-29 apud. DOWNS, 2007)

Sempre aliada à lógica de Cartum a China ameaçou diversos vetos no Conselho de Segurança quando o problema era Sudão. Impedindo com este posicionamento uma intervenção Onusiana capitaneada pelo Ocidente. O Sudão Meridional esteve por vários anos em desvantagem, devido a uma maior eficácia de combate de Cartum, financiada pelo excedente de investimento e vendas de petróleo e minérios aos chineses bem como a frequente atuação política chinesa no CS pró *status quo* à soberania do Sudão retardando a guerrilha do Sul. A posição de contenção e sufocamento do conflito em bases de acordo bilateral sino-sudanês, pôde, durante alguns anos fazer frente às falências de Tratados como o de Adis Abeba (AAA) e prolongou ainda o tempo de existência unificada ao Sudão. Sem a China teria havido uma dificuldade maior para Cartum.

B) Estados Unidos

Tendo atuado de modo unipolar como Potência Hegemônica desde o fim da bipolarização da Guerra Fria, os EUA têm bases militares, bem como interesses políticos e econômicos arraigados, espalhados pelo globo terrestre. A solidez de sua economia e dos seus aliados estratégicos/militares da OTAN, no entanto, vêm passando por uma crise que se iniciou em 2008 com a falência do *sub prime* imobiliário e a bolha financeira na bolsa de ativos futuros, com a consequente perda de valor para as empresas e seus produtos, enquanto parcelas significativas da população, perdem massivamente os postos de emprego, cortes nos salários e benefícios, não puderam manter os compromissos adquiridos, enquanto o Congresso votava medidas para salvar os grandes Bancos norte americanos envolvidos na Crise de 2008, situação emblemática de falência foi a do Lehman Brothers Bank, das mais sólidas empresas bancárias, com interesses no setor financeiro. (KNOX, 2012: 39-40)

O interesse norte-americano pela África redobrou nos últimos anos após a crise, ainda muito recente (pós 2008), de fato houve o *turning point* sistêmico da acumulação financeira capitalista do qual falava Giovanni Arrighi em O Longo Século XX, pondo nas instituições bancárias e financeiras asiáticas a liquidez de capital, transferindo principalmente aos bancos chineses a função de credores mundiais ao mesmo tempo em que o poder de investimento também está nos enormes recursos asiáticos nas economias sobrepostas dos Tigres Asiáticos, principalmente Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan. Discute-se tal temática por serem os Estados Unidos da América, o Estado-nação que possui mundialmente as capacidades capitalistas que influenciam e mesmo determinam o processo de globalização econômica fragmentária que contemporaneamente se desenvolve, possuindo elementar significação no interesse dos EUA em recursos estratégicos como o Petróleo e outros minérios industriais como Coltan e Molibdênio. (KNOX, 2012: 39-40)

Os EUA possuem interesses específicos no Sudão, já que ali a situação política é determinante para o conflito no Oriente Médio, ter o controle geopolítico de tal região de

Hinterland¹⁷ em relação ao cerne geográfico dos conflitos médio-orientais seria assegurar a desestabilização de governos islâmicos favoráveis à Jihad Terrorista, de fato, com o envolvimento dos EUA no processo de negociação do Grupo Europeu Amigos do IGAD, o Sudão veio colaborando melhor com os norte-americanos concedendo-lhes informações e colaborando para evitar que o já desgastado governo de Bashir fosse identificado por Washington como inimigo em potencial no conturbado cenário de 2001-2003. (KNOX, 2012: 39-40)

A dinâmica africana se compreende segundo os interesses maximizadores de instabilidade que acontecem entre as potências. Um novo *scramble for Africa*? A soberania de um Sudão do Sul rico em petróleo, oposto a Cartum e alinhado ao Ocidente de forma a contrapor também os interesses hegemônicos chineses na África e no restante do mundo e ao mesmo tempo concedendo uma posição-chave às rotas de exploração no continente cujo Heartland está agora de fato dividido pois a RDC e o Sudão do Sul se encontram em guerra civil o que possibilita às grandes empresas multinacionais mineradoras e *trusts*, e conglomerados de Capitais internacionais a entrar, explorar o minério por meio da colaboração com os diversos grupos armados – as armas chegam do Ocidente – o que reduz o preço dos minérios e mantém os Estados africanos de joelhos.

A despeito dos direcionamentos positivos para desenvolver um conjunto de regulamentos mais responsáveis, rumores de acordos de bastidor e incompetência governamental a respeito das emissões de licenças para a exploração mineral também proliferaram durante o período pós II Guerra Civil Sudanesa (2005-2011). Cada vez mais empresas multinacionais, domésticas e estrangeiras, ciosas por assegurar termos favoráveis em um ambiente político, social e econômico inseguro, principiaram por buscar licenças minerais com instituições governamentais em vários níveis. Instituições militares e oficiais militares do Sudão do Sul começaram a negociar acordos com companhias multinacionais estrangeiras em um esforço para promover fontes independentes de financiamento, um movimento que poderia derrocar o controle civil do setor militar, através da remoção do orçamento militar do controle parlamentar. Oficiais governamentais de alto nível também começaram a perseguir acordos de mineração em contravenção à Lei sul-sudanesa que proíbe àqueles que detém postos constitucionais, engajar-se em transações comerciais privadas. (DENG ET ALL, 2013: 2)

17 - Hinterland: Conceito geográfico e geopolítico utilizado por Halford MacKinder para descrever Territórios que circundam, ou que são periferias em relação a um território central. Por definição, o Hinterland circunda o Heartland, ou seja o território Central. Hinterland é utilizado aqui para posicionar o Sudão do Sul em Relação estratégica ao Centro dos conflitos no Oriente Médio, possuindo, portanto, valor analítico para a compreensão do próprio conflito no Sudão e suas conseqüências.

Além disso o processo colocaria o possível “Novo Sudão” e a Etiópia em posições geopolíticas favoráveis quanto ao aproveitamento do Rio Nilo, cuja bacia seria fraturada entre Egito, Sudão, Sudão do Sul, Uganda e Etiópia; esta última tem interesses em aumentar seu potencial hidrelétrico, diminuindo com isso a vazão do Nilo Azul no Nilo Branco, que fluindo desde Uganda, no Lago Vitória, com este se encontra no Sudão, à altura de Cartum, de onde segue, uno, ao Egito. Aqui se imiscui também o poder dos EUA. Os recursos hídricos nesta região africana de escassa distribuição de víveres para uma ampla população, pode servir como ignição a exacerbantes políticos para conflitos internacionais, já que a Bacia Hidrográfica do Nilo se fragmenta política e geopoliticamente entre Estados com ideologias e políticas divergentes ou mesmo antagônicas, uma decisão unilateral do Sudão do Sul pode, a partir de sua independência, significar uma menor vazão nas águas do Nilo para o Sudão e o Egito. A água pode significar uma fonte de conflitos e os EUA possuem interesses diretos no controle de conflitos latentes, reforçando seu poderio bélico-estratégico na região. (KNOX, 2012: 39-40)

Tal configuração permite que a lógica de dominação se concretize novamente na África, já que para os EUA foi benéfico receber na Comunidade Internacional de Estados um parceiro totalmente aberto aos interesses econômicos e energéticos das grandes potências, isso se reflete também na diplomacia, os EUA foram o primeiro Estado a legar embaixada ao Sudão do Sul. O envolvimento diplomático também no processo com o IGAD, na condição de observador e apoiador do movimento em direção a negociações, daí até a cláusula de autodeterminação os EUA mantiveram sua postura conciliadora até o momento em que a soberania sul-sudanesa tornou o país numa semi colônia em que os interesses das potências industriais e tecnológicas são melhor atendidos já que não há o governo pró-radicalismo islâmico de Cartum a vedar acesso aos bens energéticos.

Luiza Schneider desvelou em 2010 o padrão de investimento em segurança pelos EUA:

Esse interesse tornou-se mais claro em meados da década de 2000. Em 2005, a administração Bush anunciou a Global Peace Operations Initiative (GPOI), um programa de 600 bilhões de dólares e duração de cinco anos, cujo principal objetivo é treinar e capacitar tropas africanas, especialmente, para a participação em missões humanitárias lideradas pelos Estados Unidos. (RUPP, 2007:90). Embora a GPOI seja importante, contudo, o mais emblemático indício do renovado interesse norte-americano foi a criação do Africa Command (AFRICOM) em fevereiro de 2007. Anteriormente, os países da África estavam divididos em três comandos militares norte-americanos.

Desde outubro de 2008, todos os países africanos, salvo o Egito, estão sob a área de responsabilidade do AFRICOM em termos de interesse e capacidade

de atuação militar direta dos Estados Unidos na região.
(SCHNEIDER, 2010: 30-32)

De fato, a soberania do Sudão do Sul está ligada aos interesses norte-americanos na região e se refletiram nas ações aproximativas dos EUA no CS. Assegurando geopoliticamente o continente Africano e resguardando seus interesses na região Oriental da África, rica em petróleo e fértil em secessionismos – Os EUA são simpáticos ao movimento separatista da Somalilândia, no Chifre da África (TULL, 2011: 15-18) – em que a posição internacional do hegemon se expande e entra em choque com os interesses chineses que possuem a maior parte da dívida norte-americana e também aspiram a uma condição favorável na África, todos esses interesses conflitam ainda com a proeminência dos interesses árabes/islâmicos das elites tradicionais nesta região. Assim integram-se as dinâmicas da recente guerra civil na RCA, os problemas antigos na RDC e a guerra civil no recém-criado Sudão do Sul para favorecer os movimentos das Grandes Potências, enquanto o Nilo é fraturado geopoliticamente, e aparece claramente a divisão continental no seio da União Africana, secundada pelos EUA, tal divisão em forma de cruz, racha a geopolítica africana, permitindo que o continente permaneça aberto à lógica de dominação exploratória. Todas estas questões se interconectam aos interesses da Potência Hegemônica, os EUA, para o surgimento de um país soberano que, amputando o Sudão ditatorial e islâmico, invertesse o *status quo* na crucial região que é Hinterland do Oriente Médio. (KNOX, 2012: 39-40)

Suscetível aos interesses norte-americanos o Sudão do Sul seria um campo de manobras na região para proteger as necessidades energéticas dos EUA e de seus parceiros e aliados internacionais ao mesmo tempo em que permitiria também o posicionamento de forças de estabilização ligadas ao AFRICOM, tornando o Sudão do Sul num providencial posto avançado norte-americano. Os meios de posse sobre as fontes petrolíferas seriam propícios ao restabelecimento das economias ocidentais, tornando a dominação internacional capitalista no vetor que fabricou as condições primais para a dinâmica de política internacional que desencadeou o processo de aceitação e reconhecimento internacional do Sudão do Sul, que se apoiava legitimamente na autodeterminação estabelecida no CPA.

Pode-se interligar também o padrão de aproximação dos EUA a uma descaracterização da China como apoiadora de regimes autocráticos como o governo ditatorial islâmico de Cartum. Se a China vetou no CS qualquer interferência no Sudão os EUA apoiaram diplomaticamente os esforços negociais do IGAD enquanto se mantinham sancionando economicamente Cartum. Os EUA perceberam que jogar em contraposição aos chineses no sistema internacional, principalmente para garantir seu futuro energético teria de passar pela promoção da soberania no Sudão do Sul.

O que Washington não previa era que os chineses levariam vantagem na mesa de negociação garantindo que o Sudão do Sul lhe exportasse 97% de sua produção petrolífera em 2013. Enquanto a China faz parcerias estratégicas os EUA patrocinam a velha lógica de segurança embasada na aquisição de influência geopolítica que favoreça a segurança ocidental. Washington deteve como maior realização política no campo africano no século XXI, a independência sul sudanesa, como símbolo de seu próprio conflito contra sociedades extremistas e anti-democráticas e por termo a este conflito de 50 anos foi determinante para reafirmar o poderio e capacidades estratégicas norte-americanas na região, favorecendo no âmbito geopolítico a sua inserção, o que contrapõe os interesses de Cartum.

C) Israel: Grande Potência no Caso ONU / Sudão do Sul

Embora não seja formalmente reconhecida pela Teoria de Poder das Relações Internacionais como Grande Potência, (MEARSHEIMER, WALT, 2006: 11-15) Israel possui arsenal atômico e uma economia desenvolvida, possuindo interesses globais e, no Caso do Sudão do Sul, agiu como uma Grande Potência nos campos logístico, de inteligência, de armamentos e geopolíticos. O Estado de Israel, agindo através do MOSSAD – Instituto para Inteligência e Operações Especiais – interferiu no processo de independência sul-sudanês desde a década de 1980, financiando e treinando as tropas guerrilheiras unificadas sob o comando de Joseph Lagu e de John Garang de Mabior que seriam institucionalizadas como o SPLA/M. (GOSS, 2013)

Para o Estado de Israel a importância estratégica do Sudão do Sul independente significa uma guinada diplomática e geopolítica, especialmente fornecendo apoio tecnológico (COX, SNAPPER, 2013: 4) ao governo sul-sudanês para que o alinhamento seja completo às necessidades estratégicas israelenses. Prova contundente do sucesso de tal empreitada foi o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel através da abertura de embaixada nesta cidade representando a República do Sudão do Sul, único Estado a reconhecer à Cidade Santa a categoria de sede do Estado de Israel.

A relação protetiva praticada pelo Estado de Israel, concedendo ao movimento rebelde do Sudão Meridional condições de conduzir seu pleito através de auxílio técnico e em armamentos não é recente. Tal configuração e estruturação formal de apoio técnico e bélico ao Sudão do Sul relaciona-se ao contexto de beligerância em que o Sudão, aliado ao Egito, Síria, Jordânia e Iraque, se opunha a Israel na Guerra dos Seis Dias.¹⁸

18 - Guerra dos Seis Dias (05-10/06/1967): conflito internacional que durou apenas seis dias, envolvendo de um lado o Estado de Israel e de outro seus opositores: Síria, Jordânia, Egito e Iraque. Israel derrotou simultaneamente todos os oponentes em seis dias. O Sudão apoiou o esforço de Guerra dos Árabes.

A independência sudanesa havia sido concedida a menos de uma década e era do interesse israelense obter uma forma de desestabilizar Cartum e isso se deu de forma a respaldar técnica e militarmente os esforços dos rebeldes sulistas, o que de fato permitiu que as atenções de Cartum se dirigisse aos movimentos sulistas. Israel enviou contingentes e armas principalmente através do Mar Vermelho e Quênia\Etiópia por via terrestre. (OSHI, 2011: 1-3)

A moldagem de tais relações passou despercebida ou foi formalmente ignorada pelas potências. A possibilidade do reconhecimento de um Sudão do Sul soberano significava a violação da soberania jurídica do Sudão sobre o seu território. Ter no jogo um Estado Onusiano apoiado pelo Ocidente que nunca foi reconhecido pelo governo de Cartum seria desencadear conflitos ainda maiores na seara da própria ONU e de outras organizações internacionais. Israel designou então que as operações fossem secretamente executadas sob um comando do MOSSAD e que promovessem os interesses estratégicos e geopolíticos de Israel no embate entre rebeldes do SPLA\M e Cartum.

A ajuda no âmbito dessa cooperação bilateral informal – que não é contemplada pelo direito internacional – se manteve desde o contexto da Guerra dos Seis Dias e posteriores conflitos até que o SPLA\M fosse capaz de gerir suas atividades após terem recebido financiamento, treinamento e armamento israelense, no que se afigurou como uma parceria vantajosa no longo prazo para ambos os Estados. Israel obtém recursos facilitados provenientes anteriormente de um campo político estrategicamente vedado à sua penetração e o Sudão do Sul obtém apoio logístico e técnico para desenvolver a construção de seu Estado. (MUHAREB, 2011, 7-8)

Israel exerceu uma atividade desestabilizadora para o regime do Sudão. Tal atitude de empregar o MOSSAD no apoio aos rebeldes sulistas representou um posicionamento estratégico em detrimento ao seu opositor, o Sudão, por respaldar a ação do SPLA/M que, em revolta aberta, deveriam, pela lógica, tornarem-se aliados a Israel. O SPLA\M torna-se desta forma, além de um exército rebelde que promove a derrocada do Estado sudanês, também numa célula militar alinhada aos objetivos israelenses para a região. (MUHAREB, 2011, 7-8)

Implantando um regime de ajuda estratégica e militar aos rebeldes do SPLA/M, Israel contribuiu para que o Sudão de Cartum, seu inimigo declarado, fosse perturbado na seara doméstica por um contra-estado, ou Estado paralelo, que iria manter o investimento em segurança injetado por Israel em um constante processo de renovação e especialização, até que, possivelmente os israelenses pudessem criar, através da fragmentação política do Sudão e com um esforço de guerra direcionado ao objetivo de minar a contra-ofensiva árabe a Israel, uma espécie de novo Estado plenamente acessível e aberto aos seus interesses naquela conturbada região, estando além disso sob os auspícios e a égide dos EUA e dos Amigos do IGAD (Estados Europeus, Países Baixos, Noruega, UK, etc.), que se opunham abertamente a Cartum em seu tratamento ao conflito, classificado como genocídio e etnocídio. (IGAD, 2011)

Os israelenses testemunharam também este deserto florir e após 40 anos de ajuda e empenho para minar o governo central sudanês, puderam certamente celebrar em suas fronteiras a criação de um Estado-satélite, convergente com as políticas de Jerusalém para a região. Um importante símbolo dessa relação é o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel pelo Sudão do Sul, o que é formalmente rejeitado pelos demais membros da ONU que legam suas embaixadas a Tel Aviv. Israel cumpriu com seu objetivo estratégico no Heartland do Oriente Médio, os países outrora contrários, Egito e Jordânia já mantêm relações diplomáticas e reconhecem o Estado de Israel.

A Síria está desde 2012 em guerra civil; o Iraque desde 2011 em guerra civil, estando os Curdos em vias de criar um Estado *de facto*, unindo o Curdistão iraquiano ao Curdistão sírio; o Sudão, apesar do fim da II Guerra Civil Sudanesa em 2005 através do CPA e tendo reconhecido o Sudão do Sul em 2011, enfrenta desde 2003 a guerra secessionista na parte oeste do país, o Darfur, bem como a Frente Oriental desde 2005, todos estes últimos Estados estão anulados e envolvidos em conflitos; com esta fragmentação dinâmica em seu Hinterland e a criação de Estados favoráveis a partir deste processo, Israel, escudada por Egito e Jordânia, mantém sob controle o Heartland do Oriente Médio com o habitual apoio dos EUA.

Com a discussão da política internacional direcionada a este caso, compreende-se que utilizando tais manobras de poder Israel previa o fortalecimento de suas posições de poder no Oriente Médio e, de fato, após a independência largamente reconhecida do Sudão do Sul, o Estado de Israel obteve um novo e importante aliado numa região que antes se afigurava avessa aos seus interesses e procurava mesmo apoiar outros Estados muçulmanos em sua destruição. Recursos energéticos não são a única facilidade que o Estado de Israel encontrará na parceria com o Sudão do Sul. (MUHAREB, 2011, 9-11)

O Estado de Israel detém desta maneira um mecanismo para manobrar política e belicamente a região do Heartland africano. Através de tal posicionamento terá acesso a inúmeras benesses advindas de sua renovada influência, tais quais a instalação de empresas israelenses de exploração diamantífera, aurífera e também de outros minérios estratégicos. (OSHI, 2011: 1-3)

Com a fundação do Sudão do Sul abre-se a rota para que os países circundantes, como a RCA e a RDC¹⁹, ambas mergulhadas em guerras civis, possam favorecer geopoliticamente a ação

19 – RCA: República Centro Africana, desde 2012 enfrenta guerra civil derivada de golpe de Estado militar e movimento de autodeterminação da minoria islâmica na metade do norte do país, fronteira com o Sudão do Sul, denominada Republica de Darelkouti, com capital em Logone. RDC: República Democrática do Congo, ex-Zaire, desde 2011, mergulhado na III Guerra Civil do Congo, possui três Estados de facto opostos ao governo central RDC, cujo território possui também um movimento de autodeterminação ao redor da metade oeste centrado em Kinshasa. Estados *de facto* Reino do Bas-Kongo – sexto centro-norte, Republica Unida do Kivu – sexto oeste – próximo à fronteira com Sudão do Sul, Federação de Katanga – sexto sul.

do governo israelense no Heartland do continente africano onde ademais se encontram interesses estratégicos dos EUA, da Europa e da China.

Tal configuração de poder permite aos israelenses, campo livre para influir, por meio de auxílios secretos, na formação estatal do Sudão do Sul. Isso é o que de fato vem ocorrendo, como citado, e que desenvolveu sobremaneira o poder estratégico, técnico, logístico e balístico dos rebeldes sul-sudanêses. Em nenhum momento Israel demonstrou apoio aberto à instituição rebelde, ao contrário das ações chinesas de apoio ao *status quo* pró Cartum e dos EUA, apoio moral e diplomático às necessidades dos sulistas, tendo legado um representante às negociações iniciadas pelo IGAD. Além desses fatores, Israel pôde ter atuado como uma grande potência para a fundação do Sudão do Sul, porém, não possui assento permanente no CS como possuem EUA e China.

Portanto a posição israelense se tornou muito mais técnica e interveniente que a das duas grandes potências que tinham amarras políticas impeditivas ao exercício da violação formal da soberania sudanesa. Tal foi o caso nos inúmeros protelares à designação de uma missão de paz ao Sudão pelo CS; o que só se concretizou quando Cartum e o SPLA\M concederam firmar o CPA.

Uma análise dos pilares fundacionais do Sudão do Sul que descarte a percepção de que o Estado de Israel foi influente no processo e os meios utilizados para atingir tal objetivo, se torna falha por não conceder uma ampla compreensão do caso não apenas como uma luta independentista informada pela etnia e pela exclusão social que clama pela autodeterminação, como também um resultado da influência de poderosos Estados, cada um em seu campo próprio, em desestabilizar o governo central e interferir na soberania de um membro pleno da comunidade internacional.

O Estado de Israel demonstrou que sua estratégia em minar o poder do Sudão, inimigo declarado, pode derivar em movimentos separatistas sangrentos em que, certas partes de um Estado irão se identificar com a exclusão no seio do Estado e buscar um meio de autogoverno. Quando não têm apoio externo, como é o caso do Darfur e da Frente Leste, quase debelados por Cartum, raramente esses movimentos tomam corpo e evoluem. Na ocasião em que padrinhos poderosos, tais quais os EUA e Israel, tomam parte na construção do processo separatista (como outrora os franceses fizeram pelos ianques) é possível contemplar o poder destrutivo e solapador de Estados que um exército rebelde bem treinado e bem armado por uma potência estrangeira, como o SPLA/M, instrumentaliza no seio do Estado, com o fito de construir as capacidades de autodeterminação, até que obtenham a atuação da ONU no processo e possam, a partir de então demandar do CS o reconhecimento formal como membro da Assembleia das Nações Unidas. A Somalilândia²⁰ é um exemplo mais recente de tal fenômeno, desde 2012 um Estado *de Facto*,

20 – Somaliland: Estado *de Facto*, autogovernado e patrocinado pelos EUA e aliados. Correspondente à metade Norte da Somália, fronteira com Nordeste da Etiópia e Djibuti, na entrada do Golfo de Áden, margem norte do Chifre da África.

apadrinhado pelos EUA, no antigo território da Somália Britânica, próximo à fronteira com Djibuti. (BEREKETEAB, 2012: 20-23)

A relação entre uma potência e uma instituição rebelde que planeja a criação de um novo Estado hábil a manter relações com os demais não é percebida como dentro da legalidade para o direito internacional, porém se afigura totalmente factível, já que, como exposto, foi uma atividade plenamente desenvolvida pelo MOSSAD junto a células rebeldes que se institucionalizaram no SPLA\M. O trabalho de um órgão de inteligência governamental em secundar a ação de rebeldes contribuiu na fundação de um novo Estado comandado por esses rebeldes que agora são oficialmente o governo do Sudão do Sul que apoia Israel diplomaticamente numa região geoestratégica de suma importância à Segurança Sistêmica.

De fato a Segurança Sistêmica está ameaçada por um corredor de países em guerra civil, em vias da dissolução estatal e das fronteiras como as conhecemos. Um eco do corredor sangrento, divisor de civilizações já prenunciado por Huntington? Este corredor de Guerras Civis do século XXI, vem se desenvolvendo em muitos Estados mesmo antes do ano 2000, casos da Somália, do Sudão e da Etiópia, por exemplo.

O Corredor de Guerras Civis se estende a partir da RCA, evoluindo como uma espiral, desde o Heartland da África em direção à RDC, e desta ao Sudão do Sul (também em guerra civil Nuer x Dinka desde 2011), Etiópia, Sudão, Líbia, Egito, Israel-Palestina, Líbano, Síria e Iraque, onde a cadeia de conflitos de alta intensidade completa seu movimento fraticida, em que nem todos os *quasi*-Estados, serão reconhecidos pela ONU, produzindo uma fonte de perturbações ao Sistema Internacional. Ao mesmo tempo, as Guerras Civis anulam os inimigos de Israel, permitindo-lhe sufocar o seu próprio problema doméstico com a Palestina.

A Baronesa Caroline Cox com Jessica Snapper expõe a ideia da importância estratégica do Sudão do Sul para Israel e o inteiro sistema ocidental interconectado que segundo as autoras sofre com a escassez de recursos energéticos e a amplificação de movimentos fundamentalistas que operam a derrocada terrorista do Ocidente em que a ajuda tecnológica e militar israelense assegura à civilização ocidental um baluarte político e geoestratégico que possam manter com objetivos de torná-lo viável como Estado democrático e de direito para que se realize para seu povo enquanto nação e para o sistema como partícipe pleno em suas relações:

Parte da “estratégia periférica” do governo israelense foi que Israel tomou um interesse em apoiar os sulistas animista-cristãos contra a maioria muçulmana num esforço em derrocar a crescente influência militante no sul. O apoio de Israel foi mais notável durante a Primeira Guerra Civil Sudanesa (1956-1972), provendo apoio moral, assistência diplomática e armamento aos sul-sudanêses. Em adição à oferta de acesso a recursos (especialmente petróleo) a nova república representa um inspirador exemplo de uma

população não islâmica resistindo ao imperialismo islâmico, ecoando os conflitos que Israel tem enfrentado desde seu estabelecimento. Outros Ocidentais estão agora se alinhando aos israelenses em seu apoio ao desenvolvimento do Sudão do Sul em agricultura, serviços de saúde, educação, e um modelo de segurança defensiva que encorajam que se evitem guerras ao acaso.

(COX, SNAPPER, 2013: 20)

Cox e Snapper trazem também a perspectiva de que Israel foi fundamental para a fundação do Sudão do Sul. Política, diplomática e militarmente o Sudão do Sul teria sido impossível sem o apoio israelense, do MOSSAD em particular. Jerusalém não apenas anulou um inimigo declarado, como obteve sucesso na fundação de um novo Estado-satélite no centro da África, rota natural ao Heartland do Continente Africano. Segundo MacKinder: “Controle o Heartland e controlará tudo”.

3.3 – As Relações Internacionais e o Caso ONU / Sudão do Sul

Postas as motivações, influências e trajetórias seguidas pelo desenvolvimento do Caso do Sudão do Sul, seus inúmeros e diversificados *casus belli*²¹, suas particularidades, bem como os seus fatores determinantes, procede-se à análise das interconexões construídas por uma percepção das Relações Internacionais respeitante ao Caso ONU/Sudão do Sul que representou para efeitos práticos e teóricos uma singularidade e um ponto de inflexão, discussão e reformulação sobre o entendimento das relações entre Estado e Organização Internacional.

Busca-se compreender os efeitos mais imediatos, de curto e médio prazo para a inserção do Sudão do Sul no sistema internacional por meio dessa contribuição onusiana à fundação do Estado sul-sudanês. Questionamentos serão postos para problematizar a compreensão do Caso ONU/Sudão do Sul, cujas respostas, poderão ser elucidadas, ao longo da história; somente após terem agido as Instituições e/ou Estados que produzirão diretamente a Política Internacional específica a tal território politicamente concebido. A verificação histórica material e comparativa, crítica em seu método investigativo será utilizada para a compreensão mais complexa do desenvolvimento do Caso ONU/Sudão do Sul.

Como Organização Internacional a ONU foi concebida universalmente para atender aos interesses dos Estados, fundadores e posteriores membros, no sentido de ser um foro para abarcar niveladamente os pleitos das nações e promover o entendimento pacífico em suas relações, possibilitando na aceitação de valores comuns que regras internacionais pudessem ser criadas com o

21 – Motivações para a Guerra

fito de institucionalizar as relações internacionais, dotando-lhe de melhor estabilidade. O fim principal era evitar Guerras, utilizando para isto a OI. (MATOS; SCHWENGBER, 2010: 60-62)

Convencionou-se através das percepções Realistas na Teoria de Relações Internacionais tratar as Organizações Internacionais (OI) como construto dos Estados; para que se realize por meio da Instituição o propósito do Estado ou a potencialização das capacidades de tais Estados que agem em concordância de interesses para calcar com suas ações padrões relacionais em que possam exercer domínio ou aumento de potência. (KRATOCHWIL, RUGGIE, 1983: 753-755)

O Liberalismo está propenso a analisar o Sistema Internacional sob a ótica da cooperação e institucionalização. O Comércio Internacional pacífico e as evoluções tecno-científicas desregulamentadas trabalhariam segundo suas próprias lógicas de mercado, beneficiando através do sistema, que melhor classifica aquele com reais capacidades de oferecer um bom serviço, sendo a cooperação e o comércio pacífico os bens mais valiosos da institucionalização.

As OI estão fundadas em ideais democráticos, federalistas, em que o humanismo da cidadania plena possa ser exercido pelos Estados, que agindo como indivíduos no Sistema Internacional, podem atingir, através da organização institucionalizada a organização de uma paz consensual a ser embasada em regras e decisões em assembléia em que pesem igualmente o voto de todos os Estados e se cumpram os objetivos organizacionais para o benefício de todos igualmente.

A atuação das OI contemporâneas na prática reproduz a interpenetração dessas concepções Realista e Liberal. Na ONU há o CS, órgão de poder que decide em última instância, onde há cinco membros permanentes que, oligarquicamente e plutocraticamente, controlam a organização pois são também as Grandes Potências do Sistema Internacional. (UN, 2011)

Tais potências agindo individualmente e por meio dos mecanismos do CS interferiram na fundação do Sudão do Sul, ‘o Estado’, e assim será compreendida a exposição de elementos pois que as Grandes Potências se confundem com o CS e este é o vetor pelo qual a Organização Internacional atuou na fundação do Estado. Para a teoria tal injunção seria absurda, porém o que sucedeu foi a autorização prática da soberania do Estado pela Organização, após ter influído diplomaticamente no próprio processo compreendido neste estudo de caso (2000- 2011) e contribuído na securitização do CPA através da UNMIS a partir de 2005. De acordo com a teoria os Estados autorizam o funcionamento e contribuem para a fundação das Organizações Internacionais.

Observa-se no Caso ONU/Sudão do Sul que houve uma inversão no comportamento esperado dos atores, tal fenômeno produz uma inflexão nas percepções históricas do Estado soberano e suas evoluções, tornando o sistema internacional a interconexão plural não apenas para as concepções políticas ou teóricas porém significam o surgimento de novos padrões internacionais para a legitimação de um novo Estado no Sistema Internacional. A qualidade produtiva da Organização Internacional assegura o pleno desenvolvimento de um novo ator estatal após o

reconhecimento da soberania? (BEREKETEAB, 2012: 20-23)

Historicamente o processo não se encaixa em nenhuma perspectiva política já realizada no sistema de Estados soberanos, sendo uma novidade para a compreensão teórica e para o funcionamento da lógica fundacional dos Estados. Resultado de um movimento rebelde que ganhou apelo político no Ocidente através da classificação genocida a Cartum, a soberania do Sudão do Sul foi também a consequência das influências diplomáticas da ONU ao encampar o processo negocial que conduziu à possibilidade da autodeterminação por meios democráticos referendados. Deve-se compreender as motivações secessionistas interligadas à lógica intervencionista da organização na formação histórica do Estado como produtos dos interesses hegemônicos do neoliberalismo ocidental contemporâneo?

O Sudão do Sul representa um membro a mais na comunidade internacional, pois foi aceito como membro da ONU e possui amplo reconhecimento jurídico por seus pares soberanos. Para a economia global, especialmente a das grandes potências, a fundação de um Estado numa região vasta e com potencial energético onde antes havia um governo avesso aos propósitos Ocidentais neoliberais garante que o Sudão do Sul seja amplamente reconhecido unilateralmente em âmbito onusiano pois as demais nações também se beneficiam das relações que estabelecem com o novo Estado. (OLIVEIRA, 2011: 4-7)

Através de lógicas interconexas em que necessidades em escala global, no nível econômico interestatal globalizado, podem ser supridas por recursos energéticos que põem o Ocidente em posição dependente dos países produtores, especialmente os Islâmicos; um Estado alinhado ao Ocidente nos termos neoliberais, obedecendo à hierarquia informal que predomina entre as potências na política internacional seria bem vindo e orientado para a democracia pluripartidária que lhe tornasse confiável diante dos demais Estados que projetam no novo parceiro suas expectativas políticas, jurídicas, econômicas e securitárias. (DERSSO, 2012: 4-9)

O equilíbrio sul-sudanês é especialmente importante aos países do seu entorno geográfico e geopolítico. Tendo fronteiras com nove Estados africanos numa região africana que enfrenta crescentes problemas com grupos fundamentalistas islâmicos e grupos separatistas como os da Somalilândia, de Ogaden e Oromo na Etiópia, em que o posicionamento do Sudão do Sul se interliga às rotas de exploração de minérios e outros recursos onde se localizam outros dois Estados que se encontram em guerra civil, RCA e RDC, favorecendo dessa maneira o surgimento de um novo núcleo instável, propício à dominação no Heartland africano, geopoliticamente fraturado.

Para as Relações Internacionais o Sudão do Sul é um Estado soberano, sujeito de Direito Internacional. A importância de seu surgimento está conexas à ação político-econômica das Grandes Potências e da ação diplomática da Organização das Nações Unidas numa prática internacional interligada à evolução das guerras civis sudanesas. A secessão foi provocada por acordos

diplomáticos que permitiram a opção da autodeterminação. Questiona-se a natureza de tal secessão como uma Balcanização²², termo derivado das guerras fratricidas da antiga Iugoslávia em que cada unidade clamava pela autodeterminação. (NAZEMROAYA, 2011: 1-3)

Compreende-se balcanização como uma tendência secessionista que pode desenvolver-se em Estados marcados por divisões identitárias, étnico-culturais, linguísticas e religiosas que provoquem ou sejam agravadas no conflito entre rebeldes e governo central. Haver no Sul culturas étnica, linguística e religiosamente diversas da Islâmica (Cartum) significa para essa secessão o caráter de balcanização no sentido da fratura político identitária do Estado, ecoando antigos conflitos inter étnicos?

3.4 – Significantes de Política Internacional para o Sudão do Sul.

Tendo influído no processo de soberania do Sudão do Sul as cadeias de política internacional demonstram ser de suma importância para a compreensão dos movimentos que ocorrem nesse sentido no mundo em processo de globalização. Pesam as identidades e a economia global neoliberal do capital financeiro que necessita de recursos facilmente exploráveis em Estados auxiliados a surgir de forma a obedecer às demandas geopolíticas globalizantes.

Assim elucida Oliveira, a respeito das relações entre as Grandes Potências e a África e seus efeitos para o Sistema Internacional:

Não se pode dizer que os objetivos estratégicos perseguidos pelos americanos sejam o oposto dos buscados pelos chineses. Trata-se nos dois casos de incrementar a produção de hidrocarbonetos na África, assegurando um maior fluxo dos mesmos para as respectivas economias; de financiar grandes projetos de infraestrutura que facilitem os dois objetivos anteriores; e de promover um ambiente de paz e prosperidade na África, com reflexos positivos para o resto do mundo. As divergências aparecem na natureza dos agentes econômicos responsáveis pelos investimentos financeiros, com a maior presença do Estado nos investimentos chineses, e mais do que tudo, na preocupação central de Washington com o que os anglo-saxões chamam *state-building*. Tradicionalmente e não apenas na África, os EUA,

22 – Balcanização: Conceito desenvolvido por Nazemroaya, ligado à Polemologia ou Estudo da Guerra. Define-se como referência histórico-geográfica ao Processo de Secessionismos Étnico-Religiosos nos Bálcãs (1991-2008). Principalmente no território da Ex-Iugoslávia, que se subdividiu em 7 Estados: Sérvia, Montenegro, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina, e mais recentemente em 2008 *de facto*, mas não na ONU, o Kosovo. Neste sentido, sendo uma secessão étnica, o caso do Sudão do Sul se identifica com o processo de Balcanização nesse sentido estrito.

comportando-se como líderes hegemônicos do mundo, buscam ter voz sobre quem vai dirigir tal ou qual país. Já os chineses, extremamente ciosos da defesa da soberania nacional, procuram trabalhar com regimes africanos como a história permite ou permitiu que eles sejam. Exigem apenas que o outro lado não mantenha relações diplomáticas com Taiwan. Uma expressão prática dessa maneira distinta de tratar os regimes em posto na África Subsaariana, na virada para o século XXI, é a pressão de Washington por que eles se democratizem, vale dizer, aceitem a rotatividade na direção da república de coalizões de forças político-econômicas escolhidas em votação popular ampla e secreta.

(OLIVEIRA, 2008: 2-3)

Os interesses e demandas internacionais por facilitação de acesso e domínio de recursos pelas Grandes Potências deverão aumentar à medida que novos povos e interesses inter-étnicos, agravados por divergências civilizacionais e religiosas, se acerquem da possibilidade de obter ajuda internacional para seus problemas, transformando-os em vítimas dos governos centrais de seus Estados e promovendo um renascimento da idéia de “Primavera dos Povos” que poderá ser instrumentalizada pela alta Política Internacional em benefício do Capitalismo globalizante.

Certamente há ainda agravantes mais profundos e de resolução concertada ainda mais difíceis, ligados ao problema da balcanização geopolítica²³ que se desenvolve no eixo do Rio Nilo. Tal problemática determina uma variável fixa, representada pelo próprio Nilo, fonte de recursos de víveres e também de potencial hidrelétrico, e variáveis dinâmicas, representadas pelos países que compõem o Eixo do Nilo e que se encontram em conflito interno, e também em conflito latente pelo objetivo do controle da vazão e da geopolítica ligados ao Rio Nilo.

Tais são os significantes de Política Internacional para o Sudão do Sul:

Em primeiro aspecto um Estado criado pela lógica interventora da ONU em relação com as políticas de Grande Potência no Sistema Internacional, ensejando que outros movimentos rebeldes procurem também auxílio onusiano aos seus problemas irredentistas.

Em segundo lugar surge uma oportunidade de Política Internacional para a expansão dos interesses econômicos ocidentais, com inúmeras concessões de exploração de minérios a empresas norte-americanas e européias. Tal fator é de importância também para a compreensão dos fenômenos globais de expansão do Capital relativos à lógica de funcionamento da economia a partir da transformação de insumos minerais; um Sudão do Sul ocidentalizado facilita o aporte exportador

23 - Balcanização Geopolítica: Conceito que une as perspectivas da secessão étnico-religiosa de um Estado ao meio geográfico e geopolítico em que se encontra inserido. A balcanização do Sudão - i.e. secessão do sul Cristão Animista/Bantu do norte Islâmico/Árabe - inserida no agravante geopolítico da re divisão da Bacia do Nilo.

de minérios aos países ocidentais.

Em terceiro, uma oportunidade para que o Ocidente se fortaleça belicamente na região, tendo enfraquecido as posições antagônicas do Governo do Sudão. Há virtualmente uma posição de destaque para a OTAN no contexto bélico da região, por serem os Estados europeus e norte americanos membros preponderantes em tal Organização Internacional.

Por último tem-se a balcanização geopolítica da Bacia do Rio Nilo. O que proporciona problemas relativos aos recursos hídricos em uma região preponderantemente desértica. O Nilo pertence agora a cinco Estados com visões e políticas antagônicas, Uganda, Sudão do Sul, Etiópia, Sudão e Egito.

Considerações Finais

A independência sul-sudanesa foi gestada histórica e sociologicamente por processos de guerras civis descentralizadas em milícias – centralizadas por Joseph Lagu em 1969 – cujos principais objetivos entre (1956-1972) e (1983- 2005) foram; o reconhecimento e resolução pelo Estado sudanês dos problemas enfrentados pelos povos do sul devido à sua fundamental carência de infraestruturas econômicas e políticas, a má distribuição das rendas provenientes do petróleo retirado totalmente do sul e outros pleitos ligados à religião e qualidade de vida, e o fundamental direito à autonomia.

O perfil de poder reacionário e islamizador de Cartum permitiu que tais objetivos se transformassem em um conflito de ódios em que a etnia serviu como pedra de toque para informar os posicionamentos, porém não foi a causa determinante aos ódios desencadeados. Nenhuma cultura *per se* pode conduzir ao conflito aberto, apenas as diferenças estruturais de monta, como a exploração econômica embasada na diferença étnica com o fito da dominação e da recusa a fornecer as benesses do Estado demonstram suficiente motivação para tais eventos.

Houve genocídio e etnocídio continuados, já que se os rebeldes não se defendessem do poder central seriam obrigados a se curvar diante do Islã – a religião da Submissão, onde a escravidão nunca foi oficialmente abolida a não ser na Arábia Saudita (1935) e em terras mais seculares onde não impera a lógica legal da Sharia – o Sudão tem os mais altos índices de escravidão na África, a prática não é malvista na sociedade islâmica daquele país.

Um sul de escravos aculturados, usurpados de seus próprios recursos e de sua cidadania? Muitos preferiram a Kalashnikoff (AK-47) e sob auspícios militares e em inteligência sub reptícios dos israelenses, fundaram e treinaram seu exército instrumentalizando a guerra de secessão com o fito de conquistar sua autodeterminação frente ao Sudão Islâmico e plantar uma cabeça de ponte ocidental, aberta aos interesses do capital chinês e norte americano que até mesmo reconhece a Jerusalém o status de capital israelense, o Sudão do Sul é o único Estado a manter embaixada oficial na cidade.

Com a interferência diplomática do IGAD, secundado anos depois pela ONU, tornou-se possível um entendimento entre as partes que conduziu às negociações propiciadoras do CPA. Tais tratados foram assinados no Quênia (Machakos e Naivasha) que ofereceu seu território para que as negociações se realizassem em neutralidade de interesses. Ambas as partes chegaram às cláusulas pertinentes à resolução dos conflitos, dentre tais, no Protocolo de Machakos estavam a concessão de autonomia por período de seis anos e meio, sob proteção onusiana do UNMIS, e a possibilidade de um referendo que confirmasse a autodeterminação do Sudão Meridional tornando a secessão do território meridional uma realidade plausível de ser alcançada por meios democráticos após quase

cinquenta e cinco anos de guerras civis.

A celebração dos Tratados determinou o fim das guerras civis e marcou o início da auto governança para o Sudão Meridional. Dentre outros problemas os Tratados CPA versaram sobre compartilhar poder, redistribuir a riqueza, cooperar quanto à segurança, saúde e finanças, democratizar o país como um todo e estabelecer relações pacíficas pós-secessão.

O surgimento do Sudão do Sul fraturou e balcanizou geopoliticamente a bacia do Nilo numa região em que os recursos hídricos são disputados ferrenhamente e a soberania sobre o rio, nunca foi negociada formalmente em termos cooperativos, fazendo da fundação de um novo Estado na região uma provável fonte para novos conflitos internacionais relacionados aos recursos hídricos. Sendo o Rio Nilo subdividido mais uma vez em um novo Estado surgem problemas geopolíticos conexos às necessidades vitais de populações inteiras no Sudão e no Egito. A Etiópia já planeja diminuir a vazão do Nilo Azul, construindo represas para aumentar o potencial hidrelétrico, o Sudão do Sul, através do Canal de Jonglei, poderia manipular o fluxo do Nilo Branco.

É importante destacar ainda a interferência da ONU no âmbito multilateral e das Grandes Potências individualmente. No que se configurou como uma dinâmica específica da Política Internacional ao Caso do Sudão do Sul. A ONU legou representantes específicos e depois de certo tempo encampou as negociações iniciadas pelo IGAD; os EUA apoiaram formalmente o pleito sul-sudanês, legaram um representante às negociações do CPA; a China se manteve firmemente posicionada como defensora da soberania inviolável do Sudão; Israel atuou de modo mais incisivo, financiando, treinando e armando diretamente o SPLA/M para que o movimento se fortalecesse desestabilizando o governo de Cartum, ferrenho opositor de Israel.

A realização da Independência do Sudão do Sul representou ao Sistema Internacional não apenas o surgimento político de mais um ator estatal, porém uma virada no processo fundacional em que se deu a influência determinante de uma Organização Internacional na legitimação e reconhecimento de tal Estado como membro pleno da “comunidade internacional”. A forma como se desenvolveu a autodeterminação após meio século de conflitos civis parece também orientar o sistema a uma maior maleabilidade em relação à inviolabilidade da soberania estatal quando se trata de territórios ricos em recursos naturais energéticos e que estão sujeitos à exploração sectária e aculturadora dos governos centrais. Tal cenário se presencia principalmente na África e ecoa o período da descolonização, em que os Estados não se institucionalizaram, deixando espaço para a balcanização de seus territórios com a influência de outros Estados mais poderosos. Há também a problemática do etnocídio praticado pelo poder central que se conecta à discussão pós-moderna do discurso por uma lógica estatal que se transforma na insignificação do Estado moderno diante dos cenários de múltiplas desintegrações societárias e o desaparecimento ou diluição da identidade estatal nas trocas e influências globalizantes dos valores que tolhe a humanização das ações

políticas no Sistema Internacional.

Seria a independência sul-sudanesa um campo para o desenvolvimento da autodeterminação nacional e sua afirmação ou para uma reedição mais penetrante do neo-colonialismo? Tais regiões periféricas dentro do Estado, como o Sudão do Sul em relação a Cartum, são sempre consideradas pelas elites nacionais como semi-colônias e tal descaracterização de toda uma população e cultura no seio da sociedade estatal, fomenta a revolta e o separatismo. O neo-colonialismo talvez retorne como um apêndice para a política desses novos Estados, pois de que maneira poderiam sobreviver enquanto Estados?

A lógica exploradora neo-colonialista que foi permitida pela ONU ao autorizar a soberania sul-sudanêsa tem desde 2011 se desenvolvido no Sudão do Sul através da Guerra Civil Sul-Sudanesa (2011-atualmente) que opõe os Nuer secessionistas (Nuerland) aos Dinka que controlam o governo central de Juba. Campo aberto para a influência das multinacionais chinesas, americanas e israelenses (armamentos), que se beneficiam da relação espúria estabelecida com o novo Estado Sul-sudanês. A fraqueza institucional do novo Estado dilui e desorganiza as Relações Internacionais deste com seu meio natural dos países do IGAD, afastando-os da cooperação, enquanto facilita a exploração mineral e o extermínio de minorias avessas aos Dinka – maioria no exército e postos públicos.

Sem dúvidas os maiores beneficiados pela Independência e reconhecimento do Sudão do Sul têm sido os EUA, China e Israel. Estes Estados direcionaram suas políticas internacionais com especificidade ao Caso do Sudão Meridional dentro do Sudão como região secessionista. Apesar da insistência chinesa no *status quo*, após o CPA em 2005 a China radicalmente mudou de discurso e posição, fazendo massivos investimentos no Sudão do Sul e garantindo em 2012, 89% do Petróleo exportado por Juba. Os EUA também conseguiram diversas licenças de exploração para suas multinacionais e Israel treinou, desenvolveu e continua a armar um Estado-satélite na África, o que aumenta sua penetração no Heartland do Continente Africano. Esta tríade de Estados afirmou através de políticas próprias e também, o mais fulcral, através do Conselho de Segurança da ONU, a criação de um novo Sudão, mais propício e livre ao desenvolvimento dos interesses das Grandes Potências e do Capitalismo financeiro globalizante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G.: O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo, Petrópolis, Editora Vozes, 1994

ASSIS, F. S. Q.: Colonização e Nacionalismo no Vale do Nilo: o Domínio conjunto de Inglaterra e Egito no Sudão, in Revista Perspectiva, UFRGS, ano 2, nº 10, 2009

ATTREE, L.: China and Conflict-affected states - Between principle and pragmatism. Sudan and South Sudan, in Saferworld, january 2012 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.saferworld.org.uk/downloads/pubdocs/FAB%20Sudan%20and%20South%20Sudan.pdf>

AYERBE, L. F.: Ordem, Poder e Conflito no século XXI: Esse mesmo mundo é possível. São Paulo, Editora da Unesp, 2006

BEREKETEAB, R.: Self-Determination and Secessionism in Somaliland and South Sudan Challenges to Postcolonial State-building, Nordiska Afrikainstitutet, Discussion Paper 75, Uppsala, Suécia, 2012 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.cmi.no/file/2162-self-determination-and-secessionism-in-somaliland-and-south-sudan.pdf>

COLLINS, R. O.: A History of Modern Sudan, Cambridge: Cambridge University Press, july 2008

COX, C, Bss. of QUEENSBURY, SNAPPER, J.: The Strategic Importance of South Sudan, Tel Aviv, Israel Institute for Strategic Studies, paper 24, 2013 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

https://sectech.tau.ac.il/sites/sectech.tau.ac.il/files/Sudan6_9.3.pdf

DENG, D., MERTENSKOETTER, P., VAN DE VONDERVOORT, L.: Establishing a Mining Sector in Postwar South Sudan, Washington-D.C., United States Institute for Peace – USIP, Special Report 330, 2013 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<https://www.usip.org/sites/default/files/SR330-Establishing%20a%20Mining%20Sector%20in%20Postwar%20South%20Sudan.pdf>

DERSSO, S.: International Law and the Self-determination of South Sudan, in Institute for Security Studies, paper 231, Pretoria, África do Sul, 2012 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<https://www.issafrica.org/uploads/Paper231.pdf>

ENGELBERT, P. HUMMEL, R.: in African Affairs; Let's Stick Together: Understanding Africa's secessionist deficit, july 2005 Disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://connection.ebscohost.com/c/articles/18033322/lets-stick-together-understanding-africas-secessionist-deficit>

GUIMARÃES, S. D. P.: Sociedades, Conflitos e Direitos Humanos: Sudão, o Microcosmo Africano, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2010 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://samaraguimaraes.com/wp-content/uploads/2012/10/TCC.pdf>

HALLIDAY, F.: Repensando as Relações Internacionais, Porto Alegre, Editora UFRGS, 1999

HARVEY, D.: O Novo Imperialismo, São Paulo, Loyola, 2005

HOBBSBAWN, E. J.: A Era dos Impérios 1875-1914, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

HUNTINGTON, S. P.: in Foreign Affairs; The Clash of Civilizations? Harvard University Press, summer 1993 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/Huntington_Clash.pdf

JOHNSON, D. H.: The Root Causes of Sudan's Civil Wars: Peace or Truce. (African Issues) 5th edition, Oxford, James Currey Editions / Kampala, Fountain Publishers, 2003

KEEGAN, J.: Uma História da Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 2006

KNOX, C.: The Secession of South Sudan: A Case Study in African Sovereignty and International Recognition, College of Saint Benedict/Saint John's University, 2012 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

http://digitalcommons.csbsju.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=polsci_students

KRATOCHWIL, F., RUGGIE, J. G.: International Organization: A State of the Art on an Art of the State, International Organization, Vol. 40, No. 4. (Autumn, 1986), pp. 753-775 disponível em: último acesso: 12/09/2016

<http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b10/Attachments/4/Kratochwil%20and%20Ruggie.pdf>

LARGE, D.: Between the CPA and Southern Independence: China's Post-Conflict Engagement in Sudan, Global Powers and Africa Programme in South Africa Institute of International Affairs Review, Occasional Paper n° 115, Abril 2012 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.saiia.org.za/occasional-papers/33-between-the-cpa-and-southern-independence-china-s-post-conflict-engagement-in-sudan/file>

MACKINDER, H. J.: The Geographical Pivot of History, London Royal Society, London, 1904

MAGNOLI, D.: História das Guerras, 3º ed., São Paulo, Contexto, 2006

MATOS, M. A., SCHWENGBER, V. L.: Política Internacional, Palhoça, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12471335/politica-internacional-unisul/5>

MEARSHEIMER, J. J., WALT, S. M.: The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy, in Middle East Policy, Journal Compilation, vol 13, n° 3, outono 2006 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/IsraelLobby.pdf>

MUHAREB, M.: Israeli Interference in Sudan, in Arab Center for Research & Policy Studies Research Papers, Doha, Qatar, September, 2011 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://english.dohainstitute.org/file/get/d7f1747a-553a-494f-8b8a-8bb9b4476369.pdf>

NAZEMROAYA, Mahdi D. in Global Research; The Balkanization of Sudan: The Redrawing of The Middle East and North Africa, january 2011 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.globalresearch.ca/the-balkanization-of-sudan-the-redrawing-of-the-middle-east-and-north-africa/22736>

OLIVEIRA, L. K. de.: Petróleo e Segurança Internacional Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsaariana, Porto Alegre, Editora UFRGS, 2007 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11150/000607059.pdf>

OLIVEIRA, L. K. de ; SILVA, I. C.: Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. in Meridiano 47 (UnB), v. 12, paper n°128, 2011 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3954/4752>

OLIVEIRA, A. P.: A China constrói uma parceria estratégica com a África. In.: CEBRI Artigo, Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, paper 301, Rio de Janeiro, 2008 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.cebri.org/midia/documentos/301.pdf>

OSHI, R.: Israel to take key position on South Sudan's new foreign policy map, in The Niles, Khartoum, Sudan, 2011 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.theniles.org/en/articles/politics/872/>

PAKENHAM, T. 8th E. of LONGFORD.: The Scramble for Africa: The White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876 to 1912, London, Harper Perennial, 1991 [ISBN 0-349-10449-2](#)

PECEQUILLO, C. S.: Manual do Candidato – Política Internacional, FUNAG, 2012

PLAGEMANN, J.: The Transformation of National Sovereignty in emerging democracies: whiter the Cosmopolitan Hope? German Institute of Global and Area Studies – GIGA, Hamburg, GIGA Press, 2013 disponível em: último acesso: 01/04/2017

http://www.eisa-net.org/be-bruga/eisa/files/events/warsaw2013/Plagemann_The%20Transformation%20of%20National%20Sovereignty%20in%20Emerging%20Democracies%20Whither%20the%20Cosmopolitan%20Hope.pdf

RONZONI, M.: Two conceptions of State Sovereignty, and their implications for Global Institutional Design. Centre for Advanced Studies “Justitia Amplificata”, Frankfurt, University of Frankfurt Press, 2010 disponível em: ultimo acesso em: 01/04/2017

<https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/4ecd5722-de86-403f-ada9-a89c675765b7.pdf>

RYSDYK, J.: A Política Externa Chinesa para a África, uma análise dos casos de Sudão e Nigéria, Porto Alegre, Editora UFRGS, 2010 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28769/000772912.pdf?sequence=1>

SAFERWORLD BRIEFING. in Saferworld; China and South Sudan. August, 2012 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.saferworld.org.uk/downloads/pubdocs/China-South%20Sudan%20briefing%20English.pdf>

SARAIVA, J. F. S.: História das Relações Internacionais Contemporâneas, da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização, vol 1, 2º ed, Rio de Janeiro, Editora Saraiva, 2000

SCHNEIDER, L. G.: As Causas Políticas do Conflito no Sudão: Determinantes Estruturais e Estratégicos, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16012/%20000685618.pdf?sequence=1>

SHINN, D. H.: Addis Ababa Agreement: was it destined to fail and are there lessons for the Current Sudan Peace Process? In: Annales d’Ethiopie. Vol 20, pgs 239-258, Centre Français des Études Éthiopiennes – CFEE, Persée, Addis Abeba, Etiópia 2004. disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

<http://www.cmi.no/file/1867-Addis-Ababa-agreement.pdf>

SOOKHDEO, P.: Genocide in the Sudan, Org: BUKAY. D.: in Mohammed's Monsters: A Comprehensive Guide to Radical Islam for Western Audiences, Balfour Books, New York, 2004 disponível em : ultimo acesso: 12/09/16

http://www.acpr.org.il/publications/books/Muhammads_Monsters-Sookhdeo.pdf

TULL, D. M.: Separatism in Africa, the Secession of South Sudan and its (Un-)likely consequences, in SWP Comments, paper n 18, Stiftung Wissenschaft und Politik - German Institute for International and Security Affairs, Berlin, 2011 disponível em: ultimo acesso: 12/09/16

https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2011C18_tll_ks.pdf

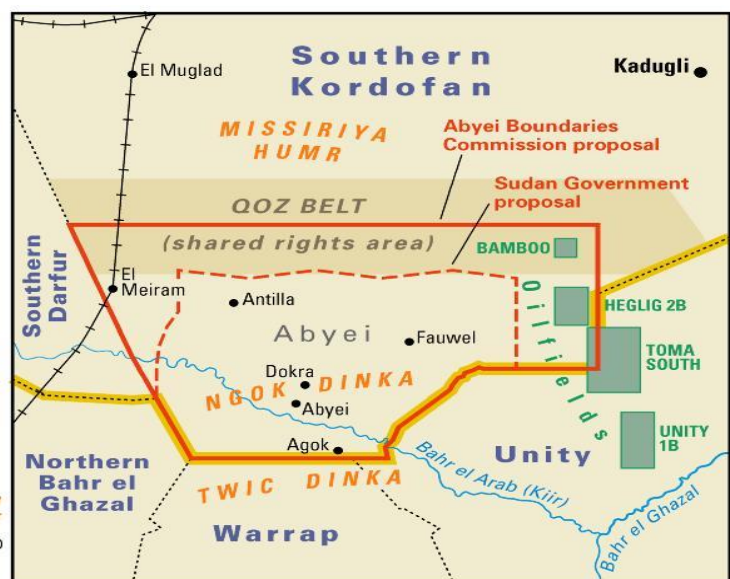
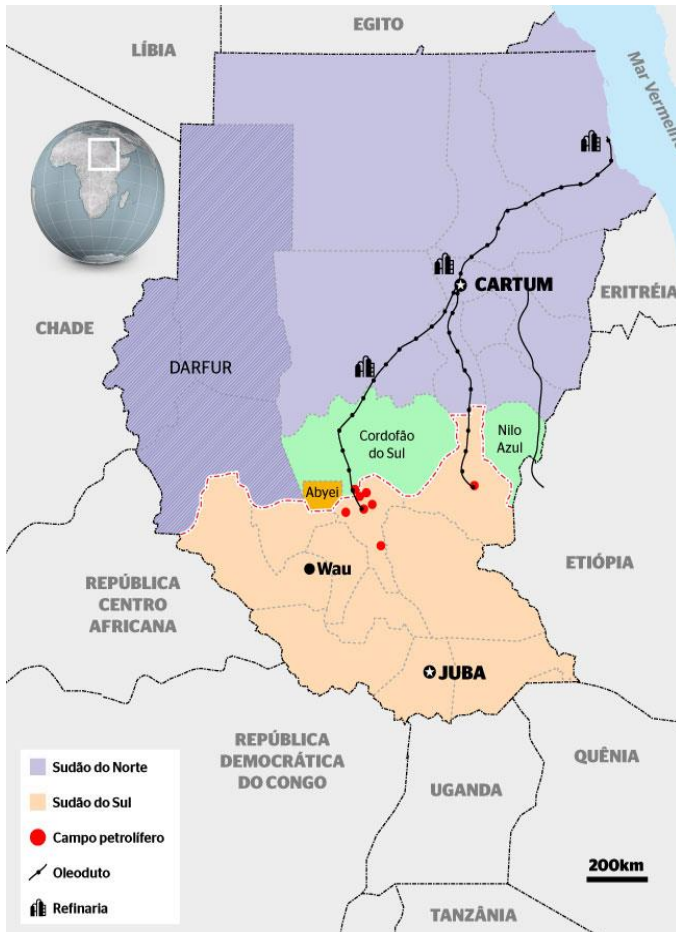
WESSELING, H. L.: Dividir para Dominar, A Partilha da África 1880-1914; Rio de Janeiro: editora UFRJ, Editora Revan, 1998, 2º edição, 2008

ZICK, T.: Are the States Sovereign? Faculty Publications: Paper 275, College of William and Mary Law School. CWM Press, 2005 disponível em: ultimo acesso em: 01/04/2017

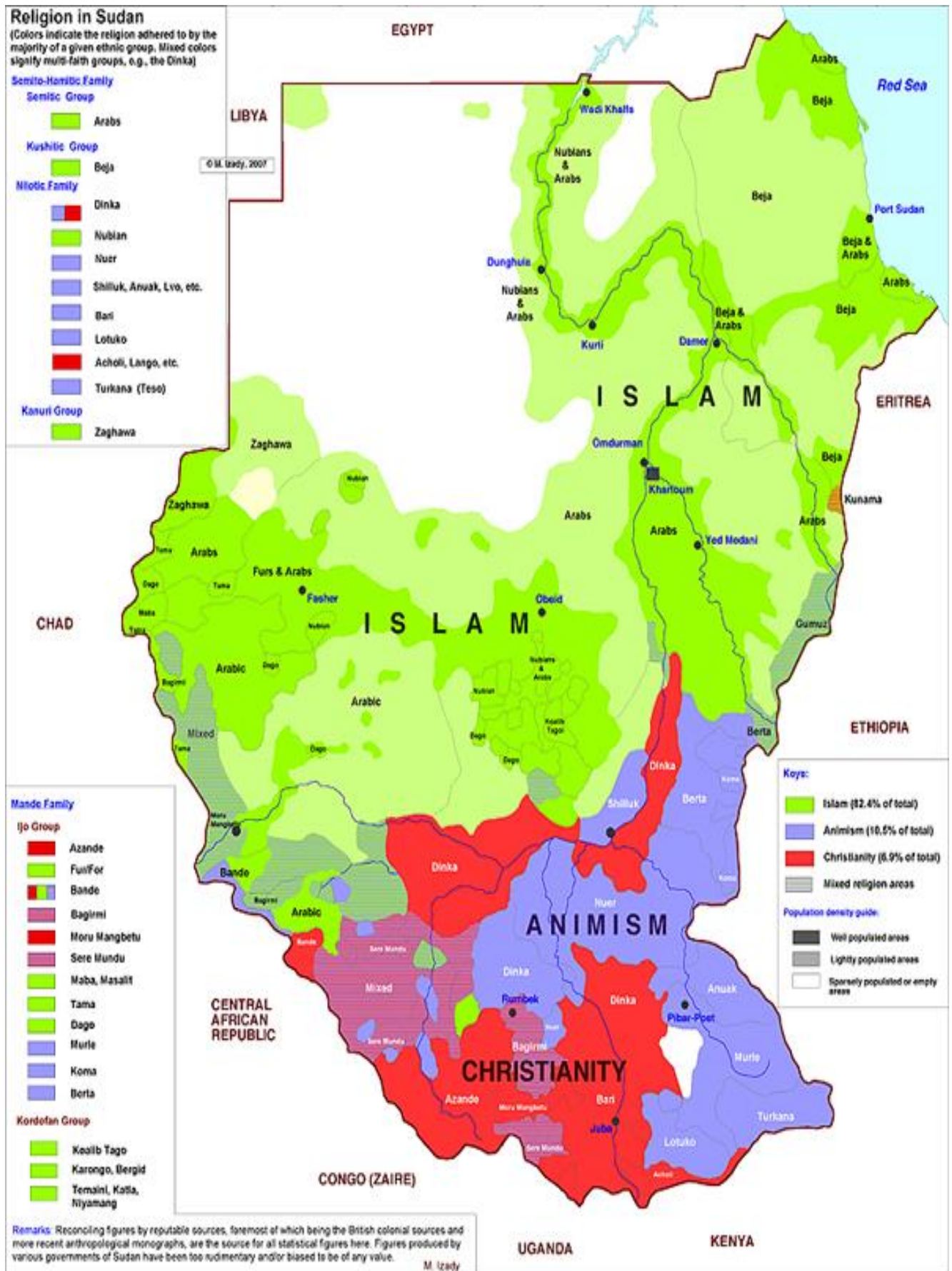
<http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1295&context=facpubs>

ANEXOS

Anexo A Geopolítica do Petróleo



Região de Abyei (Disputada)



Religiões

Anexo C Registros Fotográficos



Salva K. Mayardit (Sudão do Sul) Omar al-Bashir (Sudão)



Dinkas escravizados por Árabes no século XIX



Criança-soldado do Exército do Sudão do Sul



Sul-Sudanêses no dia da Independência 09/09/2011



Guerrilheiros sul-sudanêses



“Consagração” de crianças-soldado no Sudão do Sul



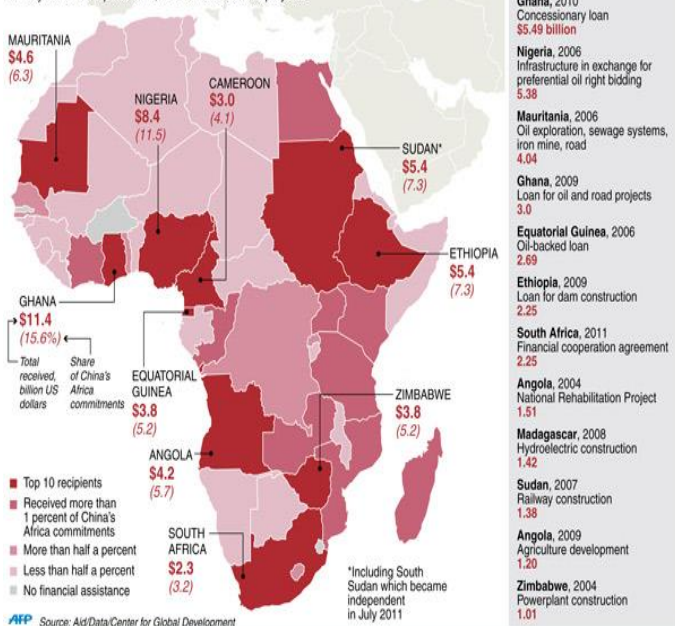
Apoio popular a Israel em Juba, capital do Sudão do Sul

Anexo D Gráficos

China assistance to Africa

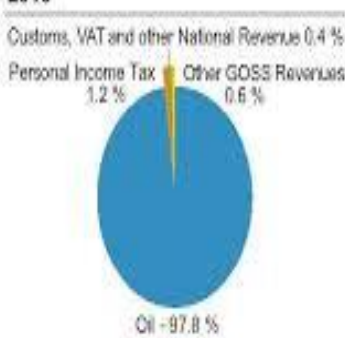
During the last decade, China has been investing heavily in African natural resources, developing mines, oil wells and running related construction companies

Top recipients of Chinese finance to Africa 2000-2011
Survey of media reports on 1,673 Chinese-backed projects



Assistência financeira chinesa à África

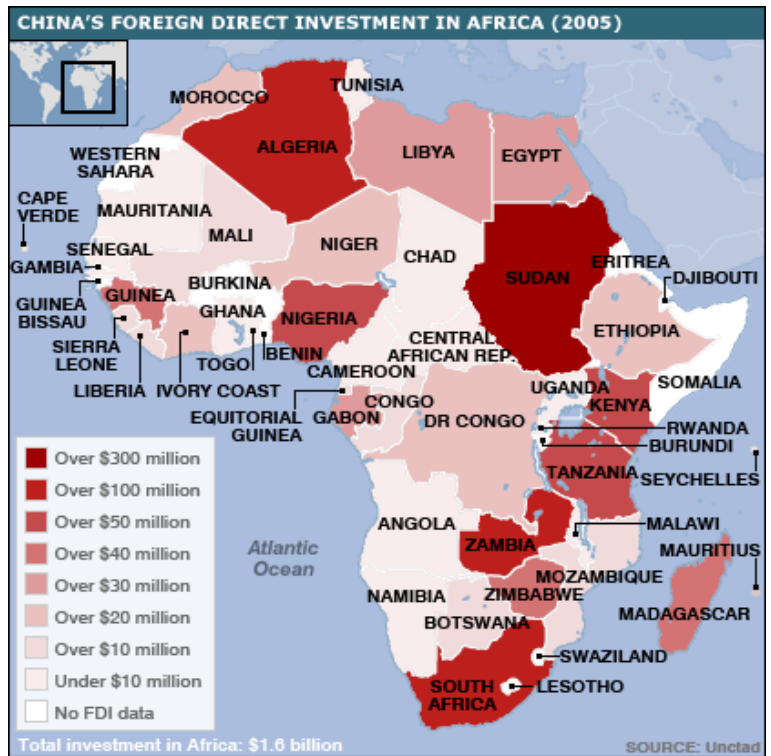
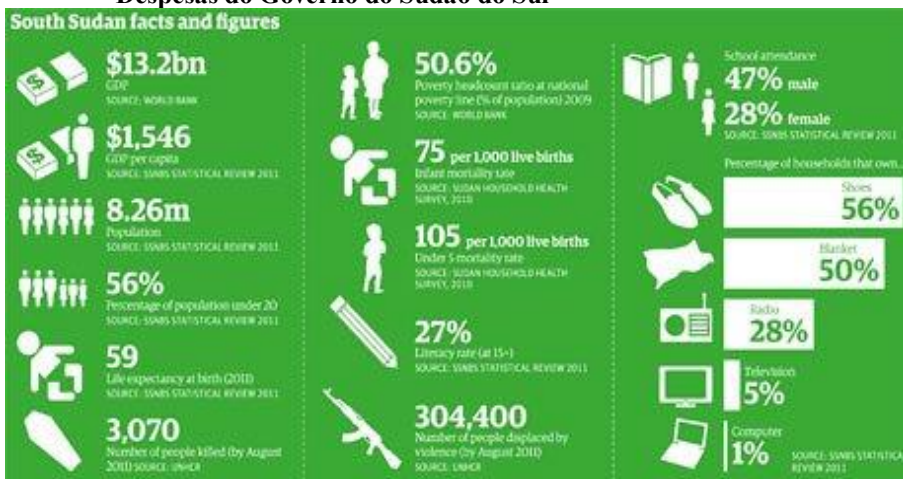
Estimated GOSS Revenue Sources 2010



GOSS Expenditure Estimates by Sector, 2010



Proporção de Fontes de Recursos do Governo e Despesas do Governo do Sudão do Sul



Investimento Direto da China na África

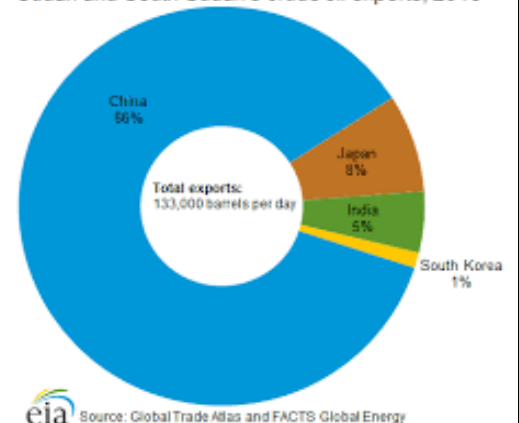
8.2 Million People Newly Displaced by Conflict in 2013

The 10 countries with the highest number of newly internally displaced people in 2013



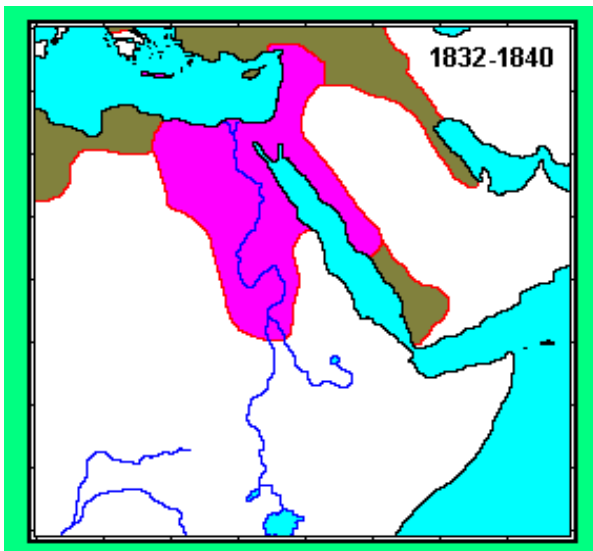
Sudão do Sul: 5º país com maior numero de refugiados

Sudan and South Sudan's crude oil exports, 2013

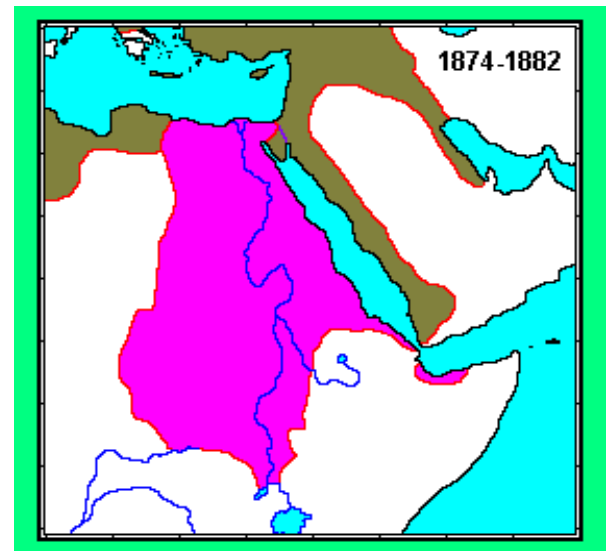


Exportação de Petróleo Cru do Sudão do Sul

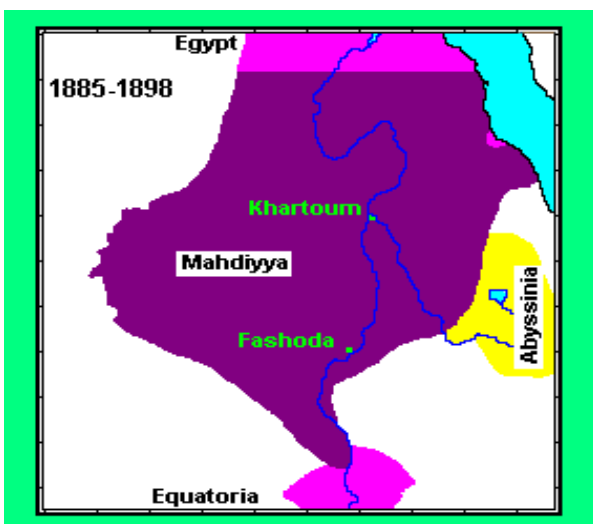
Anexo E:
Cartografia Histórica



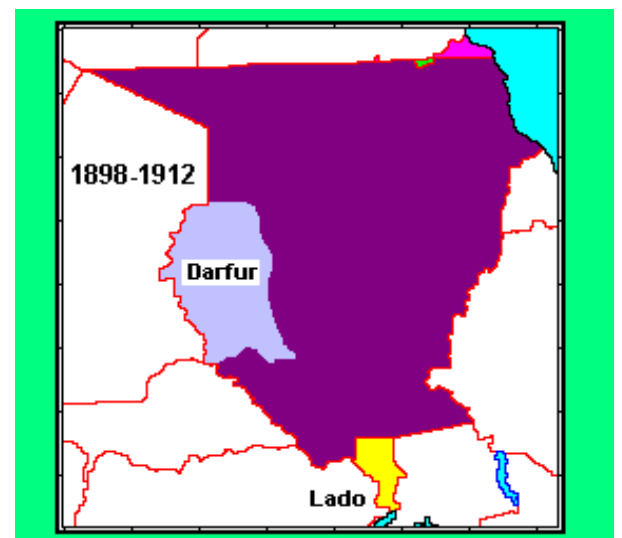
Domínio Turco-egípcio (Turkiyah)



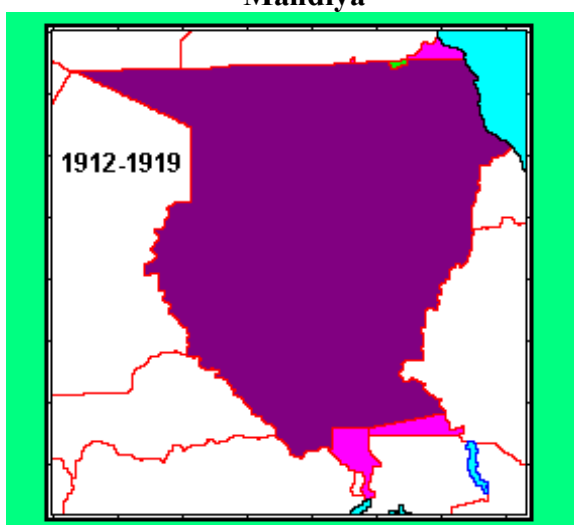
Expansão Egípcia



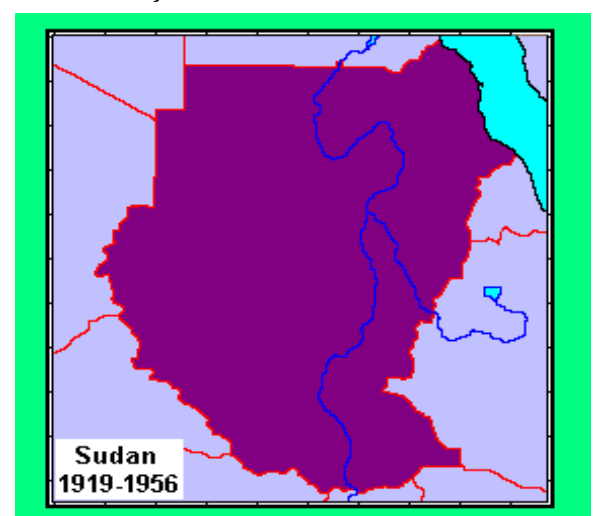
Mahdiyya



Anexação do Sultanato de Darfur



Sudão Anglo-Egípcio I

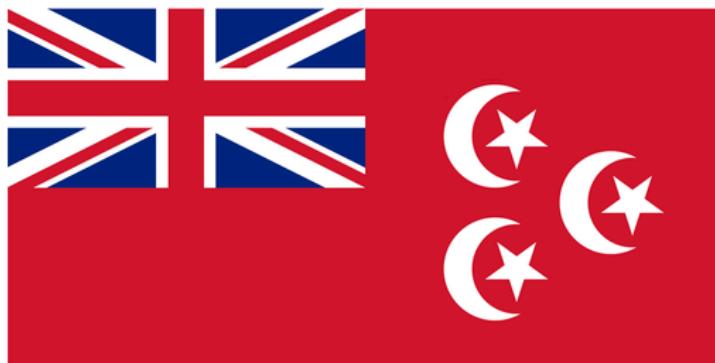


**Sudão Anglo-Egípcio II
(Expansão para o Sul)**



As Potências Europeias na África em 1885

Anexo F:
Símbolos de Estado



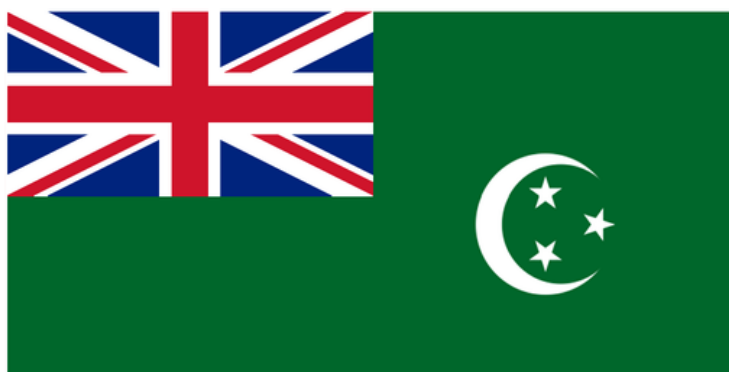
Bandeira usada no Egito britânico (1881-1914)



Bandeira do Sultanato do Egito (1914-1923)



Bandeira do Reino do Egito e Sudão (1923- 1952)



Bandeira usada no Sudão anglo-egípcio (1923- 1956)



Emblema da República do Sudão, estilização da ave Saqr-et-Tair (Ave Caçadora em Árabe) ou Secretary Bird em Inglês Lê-se em árabe: República do Sudão, (Jumhuryat as-Sudan) e “A Vitória é Nossa” – An-Nasr I’ahna No centro o Escudo do Mahdi, símbolo do Mahdismo, adotado após o Golpe de 1970 por Nimeyri



Selo da República do Sudão do Sul (2011), Figuração da Águia Pescadora Africana, símbolo de, força, visão, resiliência e majestade. Contém fortes semelhanças com o Selo dos EUA. Lê-se em inglês: Justiça, Liberdade, Prosperidade.



Emblema do Sudão (1956-1970)



Emblema do Sudão Meridional (1972-1982 e 2005-2011)



Bandeira do Sudão independente, cores pan-africanas (1956-1970)



Bandeira do Sudão do Sul independente (2011-atual)



Bandeira do Sudão pós-Golpe Militar, cores pan-árabes (1970-atual)



Moeda de 2 Libras Sul-sudanêses. Moeda: símbolo da Soberania estatal.

Anexo G:
Protocolo de Machakos

Machakos Protocol
20 July 2009

WHEREAS the Government of the Republic of the Sudan and the Sudan People's Liberation Movement/Sudan People's Liberation Army (the Parties) having met in Machakos Kenya, from 18 June 2002 through 20 July 2002 under the auspices of the IGAD Peace Process; and

WHEREAS the Parties have reiterated their commitment to a negotiated, peaceful, comprehensive resolution to the Sudan Conflict within the Unity of Sudan; and

WHEREAS the Parties discussed at length and agreed on a broad framework which sets forth the principles of governance, the general procedures to be followed during the transitional process and the structures of government to be created under legal and constitutional arrangements to be established; and

NOW RECORD THAT the Parties have agreed to negotiate and elaborate in greater detail the specific terms of the Framework, including aspects not covered in this phase of the negotiations, as part of the overall Peace Agreement; and

FURTHER RECORD THAT within the above context, the Parties have reached specific agreement on the Right to Self-Determination for the people of South Sudan, State and Religion, as well as the Preamble, Principles, and the Transition Process from the Draft Framework, the initialed texts of which are annexed hereto, and all of which will be subsequently incorporated into the Final Agreement; and

IT IS AGREED AND CONFIRMED THAT the Parties shall resume negotiations in August, 2002 with the aim of resolving outstanding issues and realizing comprehensive peace in the Sudan.

Dr. Ghazi Salahuddin Atabani
For: The Government of Sudan

Cdr. Salva Kiir Mayardit
For: The Sudan People's Liberation Movement/Army

Witnessed by:

Lt. Gen. Lazaro K. Sumbeiywo
Special Envoy
IGAD Sudan Peace Process and
On behalf of the IGAD Envoys

**AGREED TEXT ON THE PREAMBLE, PRINCIPLES, AND THE TRANSITION PROCESS
BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF THE SUDAN AND THE SUDAN
PEOPLE'S LIBERATION MOVEMENT/SUDAN PEOPLE'S LIBERATION ARMY**

WHEREAS the Government of the Republic of the Sudan and the Sudan People's Liberation Movement/Sudan People's Liberation Army (hereafter referred to as the Parties) having met in Machakos, Kenya, from 18 June 2002 through 20 July 2002; and

WHEREAS the Parties are desirous of resolving the Sudan Conflict in a just and sustainable manner by addressing the root causes of the conflict and by establishing a framework for governance through which power and wealth shall be equitably shared and human rights guaranteed; and

MINDFUL that the conflict in the Sudan is the longest running conflict in Africa, that it has caused horrendous loss of life and destroyed the infrastructure of the country, wasted economic resources,

and has caused untold suffering, particularly with regard to the people of South Sudan; and **SENSITIVE** to historical injustices and inequalities in development between the different regions of the Sudan that need to be redressed; and

RECOGNIZING that the present moment offers a window of opportunity to reach a just peace agreement to end the war; and

CONVINCED that the rejuvenated IGAD peace process under the chairmanship of the Kenyan President, H.E. Daniel T. arap Moi, provides the means to resolve the conflict and reach a just and sustainable peace; and

COMMITTED to a negotiated, peaceful, comprehensive resolution to the conflict based on the Declaration of Principles (DOP) for the benefit of all the people of the Sudan;

NOW THEREFORE, the Parties hereto hereby agree as follows:

PART A

(AGREED PRINCIPLES)

1.1 That the unity of the Sudan, based on the free will of its people democratic governance, accountability, equality, respect, and justice for all citizens of the Sudan is and shall be the priority of the parties and that it is possible to redress the grievances of the people of South Sudan and to meet their aspirations within such a framework.

1.2 That the people of South Sudan have the right to control and govern affairs in their region and participate equitably in the National Government.

1.3 That the people of South Sudan have the right to self-determination, inter alia, through a referendum to determine their future status.

1.4 That religion, customs, and traditions are a source of moral strength and inspiration for the Sudanese people.

1.5 That the people of the Sudan share a common heritage and aspirations and accordingly agree to work together to:

1.6 Establish a democratic system of governance taking account of the cultural, ethnic, racial, religious and linguistic diversity and gender equality of the people of the Sudan.

1.7 Find a comprehensive solution that addresses the economic and social deterioration of the Sudan and replaces war not just with peace, but also with social, political and economic justice which respects the fundamental human and political rights of all the Sudanese people.

1.8 Negotiate and implement a comprehensive cease-fire to end the suffering and killing of the Sudanese people.

1.9 Formulate a repatriation, resettlement, rehabilitation, reconstruction and development plan to address the needs of those areas affected by the war and redress the historical imbalances of development and resource allocation.

1.10 Design and implement the Peace Agreement so as to make the unity of the Sudan an attractive option especially to the people of South Sudan.

1.11 Undertake the challenge by finding a framework by which these common objectives can be best realized and expressed for the benefit of all the Sudanese.

PART B

(THE TRANSITION PROCESS)

In order to end the conflict and to secure a peaceful and prosperous future for all the people of the Sudan and in order to collaborate in the task of governing the country, the Parties hereby agree to the implementation of the Peace Agreement in accordance with the sequence, time periods and process set out below.

2. There shall be a Pre-Interim Period, the duration of which shall be six (6) months.

2.1 During the Pre-Interim Period:

- a) The institutions and mechanisms provided for in the Peace Agreement shall be established;
- b) If not already in force, there shall be a cessation of hostilities with appropriate monitoring mechanisms established;
- c) Mechanisms to implement and monitor the Peace Agreement shall be created;
- d) Preparations shall be made for the implementation of a comprehensive cease-fire as soon as possible;
- e) International assistance shall be sought; and
- f) A Constitutional Framework for the Peace Agreement and the institutions referred to in 2.1 (a) shall be established.

2.2 The Interim Period will commence at the end of the Pre-Interim Period and shall last for six years.

2.3 Throughout the Interim Period:

- a) The institutions and mechanisms established during the Pre-Interim Period shall be operating in accordance with the arrangements and principles set out in the Peace Agreement.
- b) If not already accomplished, the negotiated comprehensive cease-fire will be implemented and international monitoring mechanisms shall be established and operationalized.

2.4 An independent Assessment and Evaluation Commission shall be established during the Pre-Interim Period to monitor the implementation of the Peace Agreement and conduct a mid-term evaluation of the unity arrangements established under the Peace Agreement.

2.4.1 The composition of the Assessment and Evaluation Commission shall consist of equal representation from the GOS and the SPLM/A, and not more than two (2) representatives, respectively, from each of the following categories:

- Member states of the IGAD Sub-Committee on Sudan (Djibouti, Eritrea, Ethiopia, Kenya, and Uganda);
- Observer States (Italy, Norway, UK, and US); and
- Any other countries or regional or international bodies to be agreed upon by the parties.

2.4.2 The Parties shall work with the Commission during the Interim Period with a view to improving the institutions and arrangements created under the Agreement and making the unity of Sudan attractive to the people of South Sudan.

2.5 At the end of the six (6) year Interim Period there shall be an internationally monitored referendum, organized jointly by the GOS and the SPLM/A, for the people of South Sudan to: confirm the unity of the Sudan by voting to adopt the system of government established under the Peace Agreement; or to vote for secession.

2.6 The parties shall refrain from any form of unilateral revocation or abrogation of the Peace Agreement.

PART C

(STRUCTURES OF GOVERNMENT)

To give effect to the agreements set out in Part A, the Parties, within a framework of a unified Sudan which recognizes the right to self-determination for the people of Southern Sudan, hereby agree that with respect to the division of powers and the structures and functions of the different organs of government, the political framework of governance in the Sudan shall be structured as follows:

3.1 Supreme Law

3.1.1 The National Constitution of the Sudan shall be the Supreme Law of the land. All laws must comply with the National Constitution. This constitution shall regulate the relations and allocate the powers and functions between the different levels of government as well as prescribe the wealth sharing arrangements between the same. The National Constitution shall guarantee freedom of

belief, worship and religious practice in full to all Sudanese citizens.

3.1.2 A representative National Constitutional Review Commission shall be established during the Pre-Transition Period which shall have as its first task the drafting of a Legal and Constitutional Framework to govern the Interim Period and which incorporates the Peace Agreement.

3.1.3 The Framework mentioned above shall be adopted as shall be agreed upon by the Parties.

3.1.4 During the Interim Period an inclusive Constitutional Review Process shall be undertaken.

3.1.5 The Constitution shall not be amended or repealed except by way of special procedures and qualified majorities in order that the provisions of the Peace Agreement are protected.

3.2 National Government

3.2.1 There shall be a National Government which shall exercise such functions and pass such laws as must necessarily be exercised by a sovereign state at national level. The National Government in all its laws shall take into account the religious and cultural diversity of the Sudanese people.

3.2.2 Nationally enacted legislation having effect only in respect of the states outside Southern Sudan shall have as its source of legislation Sharia and the consensus of the people.

3.2.3 Nationally enacted legislation applicable to the southern States and/or the Southern Region shall have as its source of legislation popular consensus, the values and the customs of the people of Sudan including their traditions and religious beliefs, having regard to Sudan's diversity).

3.2.4 Where national legislation is currently in operation or is enacted and its source is religious or customary law, then a state or region, the majority of whose residents do not practice such religion or customs may:

- (i) Either introduce legislation so as to allow or provide for institutions or practices in that region consistent with their religion or customs, or
- (ii) Refer the law to the Council of States for it to approve by a two-thirds majority or initiate national legislation which will provide for such necessary alternative institutions as is appropriate.

[sections 4 and 5 are not yet available; indications are that the subjects of these sections are still under negotiation]

AGREED TEXT ON STATE AND RELIGION

Recognizing that Sudan is a multi-cultural, multi-racial, multi-ethnic, multi-religious, and multi-lingual country and confirming that religion shall not be used as a divisive factor, the Parties hereby agree as follows:

6.1 Religions, customs and beliefs are a source of moral strength and inspiration for the Sudanese people.

6.2 There shall be freedom of belief, worship and conscience for followers of all religions or beliefs or customs and no one shall be discriminated against on such grounds.

6.3 Eligibility for public office, including the presidency, public service and the enjoyment of all rights and duties shall be based on citizenship and not on religion, beliefs, or customs.

6.4 All personal and family matters including marriage, divorce, inheritance, succession, and affiliation may be governed by the personal laws (including Sharia or other religious laws, customs, or traditions) of those concerned.

6.5 The Parties agree to respect the following Rights:

- To worship or assemble in connection with a religion or belief and to establish and maintain places for these purposes;
- To establish and maintain appropriate charitable or humanitarian institutions;
- To make, acquire and use to an adequate extent the necessary articles and materials related to the rites or customs of a religion or belief;
- To write, issue and disseminate relevant publications in these areas;
- To teach religion or belief in places suitable for these purposes;
- To solicit and receive voluntary financial and other contributions from individuals and institutions;
- To train, appoint, elect or designate by succession appropriate leaders called for by the requirements and standards of any religion or belief;

- To observe days of rest and to celebrate holidays and ceremonies in accordance with the precepts of one's religious beliefs;
- To establish and maintain communications with individuals and communities in matters of religion and belief and at the national and international levels;
- For avoidance of doubt, no one shall be subject to discrimination by the National Government, state, institutions, group of persons or person on grounds of religion or other beliefs.

6.6 The Principles enumerated in Section 6.1 through 6.5 shall be reflected in the Constitution.

AGREED TEXT ON THE RIGHT TO SELF-DETERMINATION FOR THE PEOPLE OF SOUTH SUDAN

1.3 That the people of South Sudan have the right to self-determination, inter alia, through a referendum to determine their future status.

2.4 An independent Assessment and Evaluation Commission shall be established during the Pre-Transition period to monitor the implementation of the Peace Agreement during the Interim Period. This Commission shall conduct a mid-term evaluation of the unity arrangements established under the Peace Agreement.

2.4.1 The composition of the Assessment and Evaluation Commission shall consist of equal representation from the GOS and the SPLM/A, and not more than two (2) representatives, respectively, from each of the following categories:

- Member states of the IGAD Sub-Committee on Sudan (Djibouti, Eritrea, Ethiopia, Kenya, and Uganda);
- Observer States (Italy, Norway, UK, and US); and
- other countries or regional or international bodies to be agreed upon by the parties.

2.4.2 The Parties shall work with the Commission during the Interim Period with a view to improving the institutions and arrangements created under the Agreement and making the unity of Sudan attractive to the people of South Sudan.

2.5 At the end of the six (6) year interim period there shall be an internationally monitored referendum, organized jointly by the GOS and the SPLM/A, for the people of South Sudan to: confirm the unity of the Sudan by voting to adopt the system of government established under the Peace Agreement; or to vote for secession.

2.6 The Parties shall refrain from any form of unilateral revocation or abrogation of the Peace Agreement.